



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DECON – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS
PERNAMBUCANAS: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2003 A
2020.**

NATÁLIA CARNEIRO DE SOUZA

Recife/PE

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DECON – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

**CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS
PERNAMBUCANAS: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2003 A
2020.**

Monografia apresentada por **NATÁLIA
CARNEIRO DE SOUZA**, à Universidade
Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientadora: Prof^a. Dra. Keynis Cândido
de Souto**

Recife/PE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S729 Souza, Natália Carneiro de

CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS PERNAMBUCANAS: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2003 A 2020. / Natália Carneiro de Souza. - 2021.

59 f. : il.

Orientadora: Keynis Cândido de .
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2021.

1. Crédito . 2. Endividamento . 3. Inadimplência . 4. Consumo. 5. Pernambuco. I. , Keynis Cândido de,
orient. II. Título

CDD 330

**CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS
PERNAMBUCANAS: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2003 A 2020.**

NATÁLIA CARNEIRO DE SOUZA

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal Rural de Pernambuco

Aprovada em:23/07/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Keynis Candido de Souto (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^ª. Dra. Cristiane Soares Mesquita (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^ª. Dra. Gisleia Benini Duarte (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por ter permitido que eu tivesse força de vontade e determinação para não desistir ao longo do processo de produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

À minha orientadora, sem ela não seria possível. Sempre me incentivou e desempenhou seu papel acima de qualquer expectativa, me guiou e ajudou com uma dedicação linda que, mesmo em meio as dificuldades, não mediu esforços para me orientar. Não poderia ter sido alguém melhor para este papel.

À banca examinadora, por aceitar o convite e contribuir diretamente com a finalização e a avaliação deste trabalho, com empenho e dedicação na melhoria do mesmo.

Aos meus professores, que foram responsáveis pela minha “bagagem” de conhecimento, construída ao longo dos anos de curso. Obrigada pela paciência e determinação em repassar a vasta experiência como profissionais incríveis que são.

À minha família, que sempre me incentivou da maneira mais incrível, que me fizeram acreditar que eu seria capaz de concluir o trabalho com esforço.

Aos meus amigos e amigas, que se fizeram presentes sempre torcendo e dando palavras de motivação para que eu seguisse em frente. Obrigada pelo apoio gigante durante todo esse período de realização do trabalho.

A todos aqueles que de alguma forma me ajudaram a não desistir e me incentivaram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do crédito e seus efeitos em relação ao endividamento, inadimplência, PIB e consumo das famílias pernambucanas no período de 2003 a 2020. A literatura mostra que a expansão do crédito, além de estimular o consumo e a renda positivamente, aumenta o endividamento e, no longo prazo, pode ocasionar inadimplência quando em conjunto com uma situação econômica desfavorável. O período analisado compreende uma fase de crescimento econômico com significativa expansão do crédito e elevação do endividamento (2003-2010) seguida de uma fase de crescimento moderado do crédito e crises políticas e econômicas, que acabam impedindo a economia de manter uma trajetória positiva de crescimento. Em 2020, quando se esperava que a economia estadual retomasse a situação favorável e se recuperasse, a economia é surpreendida pela pandemia do novo coronavírus, que afeta fortemente o Brasil e Pernambuco. Tendo como base este contexto, foi realizada uma pesquisa científica, bibliográfica e descritiva, e, a partir da análise de dados secundários, obtidos de forma indireta pode-se concluir que: no período de 2003 a 2010, houve significativo aumento do crédito destinado às famílias pernambucanas. Este aumento do crédito estimulou o consumo e o PIB, aumentou o endividamento das famílias, mas não impactou negativamente na taxa de inadimplência que teve uma trajetória decrescente. No segundo período, 2011 a 2020, a expansão de crédito foi menor, mas o nível de endividamento das famílias estava elevado em virtude da fase anterior. No contexto de incertezas gerado pela crise econômica, instabilidade política e crise pandêmica, o crédito não foi suficiente para estimular o consumo, afetando o desempenho do PIB do estado, mas estes fatores não levaram ao aumento da inadimplência que permaneceu com taxas inferiores às observadas no período anterior.

Palavras-chaves: Crédito. Endividamento. Inadimplência. Consumo. Pernambuco.

Abstract

This work aims to analyze the evolution of credit and its effects in relation to indebtedness, default, GDP and consumption of Pernambuco families in the period from 2003 to 2020. The literature shows that credit expansion, in addition to stimulating consumption and income positively, increases indebtedness and, in the long run, can lead to default when combined with an unfavorable economic situation. The period analyzed comprises a phase of economic growth with significant credit expansion and increased indebtedness (2003-2010) followed by a phase of moderate credit growth and political and economic crises, which ended up preventing the economy from maintaining a positive growth trajectory . In 2020, when the state economy was expected to return to a favorable situation and recover, the economy was surprised by the new coronavirus pandemic, which strongly affects Brazil and Pernambuco. Based on this context, a scientific, bibliographical and descriptive research was carried out, and, based on the analysis of secondary data, obtained indirectly, it can be concluded that: in the period from 2003 to 2010, there was a significant increase in credit for the Pernambuco families. This credit increase stimulated consumption and GDP, increased household indebtedness, but did not negatively impact the delinquency rate, which had a downward trajectory. In the second period, 2011 to 2020, credit expansion was smaller, but the level of indebtedness of families was high due to the previous phase. In the context of uncertainties generated by the economic crisis, political instability and pandemic crisis, credit was not enough to stimulate consumption, affecting the performance of the state's GDP, but these factors did not lead to an increase in default, which remained at rates lower than those observed in the previous period.

Key-words: Credit. Indebtedness. Default. Consumption. Pernambuco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2 – REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO DESTINADO AS FAMÍLIAS NO BRASIL DE 2003 A 2020.	15
3 – METODOLOGIA DA PESQUISA	22
4 – CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS PERNAMBUCANAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.	24
4.1 A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DO CONSUMO	24
4.2 A EVOLUÇÃO DO PIB E EMPREGO NO ESTADO	38
4.3 ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS PERNAMBUCANAS.	43
5. CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou, nos últimos 18 anos (2003-2020), por diversas fases, com períodos de crescimento econômico satisfatório, crise política e econômica e recessão. Estas fases são caracterizadas por diferenças significativas na condução da política econômica, especialmente daquelas políticas destinadas ao estímulo do investimento e do consumo das famílias de renda mais baixa, como a política de crédito.

Entre 2003 e 2010 no governo Lula, o país viveu uma fase econômica “inspiradora” com taxas de crescimento de 4,2% a.a. acima da média das últimas duas décadas. Este crescimento, segundo Carvalho (2018), teve três pilares: o aumento dos investimentos públicos em infraestrutura física e social, a distribuição de renda e o maior acesso ao crédito. A expansão do crédito, combinado com a melhoria na distribuição da renda e com o crescimento do emprego, reforçou o consumo das famílias e o mercado interno. Além disso, foram criados um conjunto de fatores que estimularam a inclusão financeira das famílias e o crescimento do crédito, entre eles destacam-se as políticas de aumento da renda, a criação do crédito consignado em folha e a expansão do chamado crédito direcionado (financiamento habitacional e rural). Estes fatores possibilitaram que aposentados, servidores públicos e outros trabalhadores, tivessem acesso a crédito com taxas de juros relativamente mais baixas e prazos maiores, o que, segundo Paula (2011), deu a esse período um perfil de prosperidade.

Assim, como consequência da política do governo Lula, ocorreu um processo de aprofundamento do mercado de crédito brasileiro, que se deu, como destaca Lopes (2012), através das operações destinadas às famílias. Neste aspecto, a expansão do crédito foi de 242% de janeiro de 2004 a dezembro de 2009. O crédito pessoal (consignado e não consignado), os créditos para obtenção de veículos e os créditos de habitação foram os que mais evoluíram durante esse período. Consequentemente, isso levou a um maior endividamento ou comprometimento da renda das famílias com o chamado serviço da dívida (pagamento dos juros e amortização do principal) que saltou de cerca de 16% em 2005 para 19,4% em 2010. Segundo Carvalho (2018), este aumento é explicado mais pelo número total de famílias que teve acesso ao crédito, do que pelo endividamento maior de cada família. Além de que, o maior endividamento não era preocupante em um contexto de aceleração da economia como o vivenciado no período de 2004 a 2010, quando se tinha aumento sustentado de salários,

elevação de empregos formais, investimento crescendo a uma taxa médias de 6,7% a.a., o consumo 4,5% a.a. e o PIB 4,2% a.a.

A partir de 2011, já sob a gestão de Dilma Rousseff (2011-2014), a política de crédito tomou novas formas. As medidas macroprudenciais, reduzindo e encarecendo o crédito, e as maiores restrições à expansão do crédito, que já vinham sendo adotadas desde 2010, foram fortalecidas para controlar a aceleração inflacionária. Pressionada pela alta dos preços, que se aproximavam do teto da meta, Dilma deu continuidade à elevação da taxa de juros de forma moderada. Associado a esta medida, adotou medidas de restrição ao crédito, aumentou o compulsório e as exigências de capital dos bancos e aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre as operações de crédito pessoal. Além disso, adotou medidas de contenção do gasto público (CORSI, 2016). No final de 2014, o PIB que tinha crescido 4,0% em 2011, cresceu apenas 0,5%, e a inflação medida pelo IPCA que foi de 6,5% em 2011 e 5,91% em 2013, chega ao final de 2014 em 6,41%. Ao perceber que o efeito negativo sobre o crescimento foi mais forte do que sobre a inflação, o governo parte para uma política gradualista de aumento dos juros e altera as regras do compulsório na tentativa de estimular o crédito, o consumo e, conseqüentemente a demanda agregada (SILVA 2017). No entanto, como destaca Corsi (2016), o crescimento do consumo, que se tornou o fator de maior contribuição da expansão da economia desde 2003, não alcançou o mesmo patamar no governo Dilma, passou de um crescimento de 3,5% em 2013 para 2,3% em 2014. Isto porque o endividamento das famílias aparentava chegar em seu limite, e o baixo crescimento não possibilitou um aumento mais acelerado da renda e do emprego.

Em 2015, junto com o segundo Governo Dilma, tem início um período conturbado da economia brasileira com crise política, que resultou no afastamento e no *impeachment* da Presidenta (em 31 de agosto de 2016), e crise econômica levando o país a uma das piores recessões econômicas nos anos de 2015 (PIB = - 3,5%) e 2016 (PIB = - 3,3%), com desemprego de 12%, um efeito direto da crise. Neste contexto, a política econômica apresentada por Michel Temer como motor da retomada do crescimento foi a contenção da inflação, o controle dos gastos e a reforma da Previdência. A política creditícia ficou relegada a segundo plano.

A mudança clara na condução da política econômica como um todo e da política creditícia nos governos Lula e Dilma e seus efeitos na economia, se refletem no perfil de endividamento das famílias. Como destaca Bastos (2017), entre estes períodos ocorre uma reestruturação da carteira de crédito das famílias. Até 2008, aproximadamente 85% do endividamento das famílias correspondia a crédito não habitacional. Em 2017, esse percentual

caiu para 55%, isto é, o crédito habitacional passou a corresponder, aproximadamente, a metade da carteira de endividamento das famílias.

Em 2019, Jair Bolsonaro assume a presidência e encontra o país enfrentando uma crise fiscal, com indícios de recessão. Assim, durante o primeiro ano do mandato, o foco do novo governo passou a ser o controle dos gastos, principalmente os obrigatórios. O primeiro e mais importante capítulo, foi a aprovação da reforma da Previdência. O novo governo chegou destacando que seu objetivo era colocar as contas públicas em ordem para que a economia voltasse a ter um crescimento duradouro com geração de emprego e renda. Embora em um ritmo menor que em períodos anteriores, houve expansão do crédito para as famílias e empresas, a política de crédito do governo Dilma-Temer foi mantida de modo brando, sendo preferível que o enfoque fosse em políticas que estimulassem o retorno do consumo das famílias. Para tanto, houve liberação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), sendo esta, a principal medida do governo para injetar dinheiro na economia.

Assim, o Produto Interno Bruto (PIB), fechou 2019 com crescimento de 1,1%, sendo o consumo das famílias o que mais contribuiu. Houve crescimento dos empréstimos com recursos livres, especialmente no segmento de pessoas físicas (PFs). Neste cenário, o percentual de famílias brasileiras com algum tipo de dívida foi de 65,6% em dezembro de 2019, maior nível desde janeiro de 2010. Em um contexto de baixo crescimento e lenta recuperação do mercado de trabalho, isto fez crescer a preocupação quanto ao aumento rápido do endividamento das famílias e com a elevação significativa da inadimplência. (CNC, 2019; IPEA, 2019).

O ano de 2020 já iniciou com PIB mensal do país em queda, a economia já vinha apresentando sinais de recessão, apresentava taxas de desemprego altas e comprometimento crescente da renda. A partir de março, o país se depara com uma crise causada pela pandemia do novo coronavírus, que pressiona ainda mais o declínio dos indicadores. Neste contexto, em agosto de 2020, o governo sancionou leis voltadas para facilitação de crédito para a classe trabalhadora e para preservação de empregos. Houve expansão, com o crédito destinado a pessoas jurídicas (crédito às empresas) crescendo 16,6% e o crédito às famílias 5,7% (desacelerou em relação ao ano anterior 7,3%). Embora o crédito destinado às famílias seja considerado uma alavanca importante para a economia, por estimular o consumo, o aumento do endividamento em um contexto de baixo crescimento da renda, de piora do desemprego e do fim dos auxílios governamentais, pode levar ao aumento da inadimplência (famílias que declaram não ter condições de pagar suas dívidas em atraso), que em 2020 foi de 11,2% uma elevação em relação ao ano anterior quando alcançou 10% (CNC, 2020; IPEA, 2020).

Em períodos de crise e desequilíbrios econômicos, a inadimplência pode assumir um caráter persistente e levar a crises no sistema financeiro com impactos sobre a economia como um todo, podendo ter consequências maiores nas regiões ou estados que mais demandam crédito, ou seja, em que se verifica maior expansão do crédito destinado às famílias, maior aumento do endividamento e, conseqüentemente, maior possibilidade de inadimplência em momentos de crise. Segundo Araújo (2014), no período de 2007 a 2013, a Região Nordeste se destacou como a que mais demandou crédito ao consumidor. O indicador do SERASA *Experian*, para este período mostra que a Região Nordeste em comparação com as demais regiões, apresenta um índice elevado de demanda por crédito por consumidor. A média mensal de 2007 a 2013, foi de 114 para o Nordeste, enquanto no Sudeste foi 109¹.

Em todo este período (2003 a 2020), Pernambuco, esteve entre os estados do Nordeste que mais demandaram crédito, segundo os dados do saldo de operações de crédito do Banco Central do Brasil (BCB). No governo Lula, do total de crédito destinado à Pessoa Física (PF) no Nordeste, Pernambuco foi o estado com maior participação, obteve mais de 31%, seguido da Bahia, com 28% e do Ceará com 14%. Este foi um período em que o estado foi muito beneficiado com transferência de recursos do Governo Federal o que, juntamente com a gestão do Governador Eduardo Campos, viabilizaram a chegada de indústrias que geraram mais de 10 milhões de empregos, possibilitando a expansão da renda e do consumo da população Além disso, o impacto das políticas de aumento e valorização do salário mínimo também influenciaram fortemente o consumo e o crescimento da região. No Governo Dilma, apesar do menor estímulo ao crédito e da crise econômica que impactou o emprego e a renda em todos os estados Nordestinos, Pernambuco obteve 16,46% do total de crédito (PF) destinado a região, ficando atrás apenas da Bahia, 26,96%, mas na frente do Ceará (14,08%).

Neste contexto, este trabalho busca responder o seguinte **problema de pesquisa**: como se deu a evolução do crédito destinado às famílias pernambucanas, no período de 2003 a 2020, e quais seus efeitos em relação ao consumo, PIB, nível de endividamento e inadimplência?

Para responder esta questão foi definido como **objetivo geral**: descrever a evolução do crédito e seus efeitos em relação a consumo, PIB, endividamento e inadimplência das famílias

¹ O indicador de demanda por crédito por consumidor mensura a procura de crédito por parte dos consumidores durante um determinado mês. É construído a partir de amostra significativa de cerca de 11,5 milhões de CPFs, consultados mensalmente na base de dados da Serasa *Experian*.

pernambucanas, no período de 2003 a 2020. Buscando alcançar este objetivo foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- i) Analisar a evolução do crédito destinado às famílias e seus efeitos sobre o consumo;
- ii) Descrever a evolução do PIB e emprego como consequência da expansão do crédito e consumo;
- iii) Descrever o comportamento do nível de endividamento e inadimplência.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, o presente trabalho está dividido, além desta introdução, em mais quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura, que trata dos conceitos de crédito, endividamento e inadimplência amplamente discutidos por diversos autores. O terceiro capítulo apresenta a metodologia usada na realização da pesquisa. O quarto capítulo traz a análise e discussão dos resultados. E, por fim, o último capítulo apresenta a conclusão.

2 – REVISÃO DA LITERATURA

O crédito pode ser definido como o ato de conceder um valor ou bem, esperando a restituição igual ou superior ao investimento inicial, ou ainda, como a possibilidade de dispor imediatamente de bens presentes para poder realizar transformações que os tornarão produtos aptos a satisfazer as mais variadas necessidades no futuro. Trata-se de uma ação fortemente vinculada a elementos subjetivos, como a confiança (ROSA JUNIOR, 2019).

A concessão de crédito é considerada uma das atividades fundamentais para a economia moderna, pois confere aos agentes econômicos um poder de compra “imediato” que eles não possuem, permitindo agilidade nas operações. O advento do capitalismo foi decisivo para o desenvolvimento do crédito, mas a evolução dos mecanismos e do mercado para concessão de crédito veio com a Revolução Industrial, visto que o desenvolvimento industrial exigia investimento de longo prazo em novas tecnologias e maquinário que não podia ser custeada unicamente com recursos próprios dos industriais. Além disso, a força de trabalho empregada nas indústrias tinha certa estabilidade salarial e rendimento previsível e assim, passaram a ter acesso a empréstimos para investimentos (ROSA JUNIOR, 2019).

Assim, o mercado de crédito surgiu e se desenvolveu com um objetivo claro: atender as necessidades das empresas e das famílias. Como destacam Assaf Neto (2011) e Kerr, (2011), o principal objetivo do mercado de crédito é suprir as necessidades de curto e médio prazo dos agentes econômicos seja por meio de empréstimos e financiamentos às empresas e organizações (pessoa jurídica), seja via concessão de crédito às famílias (pessoa física). É isto que caracteriza o mercado de crédito.

A evolução deste mercado levou a criação de várias modalidades de crédito que podem ser classificados conforme a finalidade da utilização, a fonte de recursos e a alocação. Considerando a finalidade de sua utilização o crédito divide-se em: crédito para consumo – “quando o beneficiário aplica o valor recebido na satisfação de suas necessidades individuais, inclusive adquirindo bens de consumo”; e, crédito para produção - quando o devedor utiliza os recursos obtidos para a produção de outros bens, “podendo ser comercial, agrícola, mobiliário ou imobiliário” (ROSA JUNIOR, 2019, p. 06).

Considerando simultaneamente a origem e a alocação dos recursos, pode-se dividir o crédito em dois grupos ou tipos: o chamado “crédito direcionado” e o “crédito livre”. O direcionado é, em grande parte, ofertado pelos bancos públicos e suas operações são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários (regulado por lei ou normativas). As fontes de recursos são oriundas de parcelas das captações de depósitos à vista e de caderneta de poupança, além de fundos e programas públicos. O crédito direcionado se destina, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos de setores ou atividades econômicas específicas. No Brasil, é destinado para três setores: imobiliário, rural e de infraestrutura (BCB, 2000; GUIMARÃES, 2015; SILVA, 2015).

O chamado crédito livre (ou de mercado) é aquele que pode ser alocado de acordo com os critérios de risco/rentabilidade da instituição financeira ofertante, sendo as taxas de juros livremente pactuadas entre as partes (instituições financeiras e mutuários). As operações de crédito livre são realizadas por diversas instituições financeiras (não é concentrada nos bancos públicos) e estas instituições têm autonomia sobre a destinação dos recursos captados no mercado. No Brasil, a carteira de crédito livre divide-se em dois grandes grupos: i) recursos destinados às pessoas físicas - com suas inúmeras modalidades, como crédito pessoal consignado e não consignado, crédito para aquisição de veículos, cheque especial, cartão de crédito etc.; e, ii) crédito livre às pessoas jurídicas - e suas modalidades, como capital de giro, conta garantida, financiamento ao comércio exterior etc. (BCB, 2000; GUIMARÃES, 2015; SILVA, 2015). Como o crédito livre engloba financiamentos em que os bancos delimitam livremente a taxa de juros, o crédito direcionado se dá, de forma geral, com taxas de juros mais baixas e prazos maiores, tal como determinado por políticas públicas (CARVALHO, 2018).

Independentemente do tipo ou modalidade de crédito que se analisa, a existência de um mercado de crédito bem estruturado, com uma adequada infraestrutura legal e regulatória, tem sido considerado um fator importante na promoção do crescimento das economias. Conforme destacam Mishkin, 2007 e Schlabit (2008), em termos macroeconômicos, a existência do mercado de crédito proporciona um maior nível de renda no curto e no longo prazo. O crédito possibilita o crescimento econômico ao permitir a antecipação do consumo ou do investimento, gerando movimento na demanda (em virtude, particularmente, do aumento na aquisição de bens) e na oferta agregada da economia. Dessa forma, o crédito se torna um fator determinante do desempenho do país e de suas regiões e estados.

No entanto, no tocante ao crédito destinado a estimular a renda via demanda agregada (crédito direcionado ao consumo das famílias), há que se ter um “olhar” mais cauteloso em

relação aos efeitos que pode ter sobre a economia (OEC, 2002). Segundo Lopes (2012), a expansão de crédito às famílias pode acabar gerando um elevado grau de endividamento que, em determinadas condições econômicas pode ocasionar a insolvência civil. Desde o início dos anos 2000, tem sido observada a expansão deste tipo de crédito em vários países em desenvolvimento. Estudo realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (2006), identificou a expansão de crédito às famílias como alternativa para gerar renda e bem-estar em 23 países, incluindo o Brasil, México, China, Bulgária, etc., e chama atenção para as vulnerabilidades potenciais que esta modalidade pode gerar na economia, destacando que, se a expansão de crédito ocorre de forma acelerada sem uma adequada infraestrutura legal e regulatória, o endividamento das famílias pode atingir níveis insustentáveis. Para Lopes (2012) quando o saldo das operações de crédito cresce a uma velocidade superior à massa de salário (renda) das famílias, isto leva ao aumento do endividamento.

O endividamento familiar pode ser definido como saldo devedor, podendo ser referente a apenas uma dívida ou até mais de uma ao mesmo tempo. O conceito está normalmente associado aos compromissos que englobam tanto crédito ao consumo de bens e serviços, como também o crédito à habitação. No caso do conceito de endividamento global, este é utilizado quando as dívidas de crédito se combinam com outras, como por exemplo, de serviços, dívidas fiscais, entre outras (OEC, 2002). Para Bortoluzzi *et al.* (2015), endividamento é a situação em que as famílias recorrem a recursos de terceiros a fim de satisfazer aquelas necessidades de consumo que excedem sua renda ou restrição orçamentária.

Entre as principais causas do endividamento apontadas na literatura destacam-se: a política de expansão de crédito concedido às pessoas físicas que, segundo Copetti (2018), ao facilitar o acesso ao crédito, levam as famílias a assumir que o acesso aos recursos seria uma alternativa de aumento na renda, e conseqüentemente, a comprometer uma parcela de sua renda com dívidas; e, a má administração das finanças pessoais, considerada uma das principais causas do endividamento das famílias. Conforme destacado por Stumpf (2019), quando o conhecimento sobre os gastos e a renda são escassos (sobre o quanto ganha e o quanto gasta), a administração das finanças pessoais se torna uma tarefa muito difícil, facilitando a aquisição de dívidas. Estes dois fatores apontados como causadores do endividamento, fácil acesso ao crédito e má gestão das finanças, foram sintetizados por Mosca (2009) *apud* Bortoluzzi *et al.* (2015, p.112), ao destacar que as causas do endividamento podem ser divididas em dois grupos: “os microeconômicos, que estão ligados ao comportamento individual de cada família; e os macroeconômicos, que afetam a economia de modo geral e estão fora do controle delas”.

Neste sentido, do ponto de vista micro, o endividamento pode ser considerado um importante indicador da vulnerabilidade da gestão e do equilíbrio orçamentário das famílias. O endividamento exagerado ou o sobre-endividamento (“situação que impossibilita o devedor, com boa índole de honrar o conjunto de suas dívidas exigíveis e vencidas”) pode acarretar danos à saúde financeira das famílias, causando apreensão por parte dos credores (LOPES, 2012, p.03).

Do ponto de vista macro, quando o consumo agregado é impulsionado pelo crédito facilitado às famílias, estas tendem a demonstrar “poder financeiro” para a obtenção do crédito e isto precisa ser mantido a fim de evitar especulações sobre uma possível fragilidade financeira, uma vez que a estabilidade do sistema financeiro possui forte relação com a condição financeira do agregado familiar (na maioria dos casos, apesar da existência de garantias e proteção legal do credor, a falência pessoal é onerosa para os credores). Em tempos de crescimento da renda ou estabilidade econômica, isto não é um problema, mas a deterioração da riqueza líquida e da capacidade de pagamento das famílias, devido a fatores como choques de renda, juros ou câmbio, devido ao desemprego e às crises econômicas (situações que mais afetam o orçamento das famílias) pode se traduzir em elevados volumes de empréstimo em atraso e em liquidação. Em conjunto, estes fatores podem levar à inadimplência, ameaçando a estabilidade econômica e financeira e prejudicando o sistema financeiro e a economia como um todo (IEDI, 2006; PIRES 2014).

A inadimplência é o descumprimento de alguma obrigação financeira – quando não é realizado algum pagamento previsto em contrato até a sua data de vencimento (NUBANK, 2020). Em geral, as famílias se tornam inadimplentes devido aos impactos que sofrem constantemente na sua renda. Estes impactos vão determinar os limites e as restrições no orçamento do consumidor fazendo com que ele se descontrole financeiramente e esteja propício a ser inadimplente (HERLING *et al.*, 2013).

Vale dizer que a inadimplência é diferente do endividamento. A inadimplência (ou descumprimento dos pagamentos) não implica necessariamente que havia elevado endividamento anterior. A inadimplência está associada ao conceito de endividamento global e pode ser resultado do sobre-endividamento passivo, situação em que o devedor se vê impossibilitado de pagar o conjunto das suas dívidas (no conceito global) em razão de circunstâncias não previsíveis como o desemprego, precarização do emprego, doença ou morte de um familiar, acidente, entre outros (SCHMIDT NETO, 2009; GOMES, 2011).

No entanto, no agregado, elevados níveis de endividamento das famílias, podem aumentar o risco de inadimplência em circunstâncias de reversão das condições econômicas, ou seja, em momentos de crise. Isto porque, nas crises, observa-se aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho com queda na renda familiar, implicando no aumento do número de famílias cujos rendimentos não permitem cumprir os seus compromissos de crédito (MARQUES; FRADE, 2003).

Além da inadimplência, o endividamento pode tornar as crises mais fortes. Segundo estudo do BCB - Banco Central (2021), períodos de expansão do ciclo econômico, quando acompanhados de aumentos mais expressivos do endividamento agregado das famílias, tendem a ser seguidos por períodos de crise econômica relativamente mais fortes. A relação entre o aumento no endividamento das famílias durante a expansão econômica e a intensidade das recessões posteriores a esse período são notáveis e concretas. Nas recessões, ocorre uma redução do consumo e isto tende a ser maior entre as famílias mais endividadas, que cortam consumo para fazer frente ao serviço das dívidas assumidas. Estes movimentos individuais, atuam no sentido de aprofundar a fase ruim do ciclo econômico. Assim, o endividamento que é proveniente da alta de consumo, estimulado por políticas expansionistas, leva a uma contração do consumo podendo ainda levar ao aumento da inadimplência durante uma crise.

Este é o padrão observado no Brasil, que, a partir de 2005, viveu um período de expansão de crédito a pessoas físicas e de crescimento ininterrupto do endividamento familiar. Parcela das famílias que teve o endividamento impulsionado entre 2011 e 2014, cortaram fortemente o consumo nos anos de recessão, 2015 e 2016 (BCB, 2021). Este período de expansão do crédito, no Brasil será apresentado na próxima seção.

2.1 A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO DESTINADO AS FAMÍLIAS NO BRASIL DE 2003 A 2020.

Quando se fala em política de crédito no Brasil, pode-se considerar o período de 2003 a 2020 como sendo marcado por, pelo menos, duas fases distintas. A Primeira, que corresponde ao Governo Lula I e II, marcado por uma política de crédito expansionista e bons resultados macroeconômicos. A segunda marcada pelo Governo Dilma, Temer, Bolsonaro, marcado por diversas crises (política, econômica, sanitária) com efeito sobre a condução da política creditícia e os resultados econômicos.

No Governo Lula o crédito aumentou significativamente, mesmo após a crise de 2008. O volume de crédito como proporção do PIB saltou de 26%, em dezembro de 2002, para 45,2% do PIB, em dezembro de 2010. O destaque nesse período foi a expansão do crédito à pessoa física, ou seja, do crédito destinado às famílias. Entre 2003 e 2010, o peso desta categoria no crédito total aumentou de 36% para 46% (MORA, 2015). Esta expansão ocorreu apesar das elevadas taxas de juros praticadas no país. Como destaca Silva (2012), a política monetária adotada possibilitou que, ao mesmo tempo a taxa de juros fosse elevada (para controlar a inflação) e o crédito fosse expandido aumentando o consumo, ou seja, o governo encontrou formas de realizar a política monetária expansionista e estimular o consumo, independentemente do movimento da taxa de juros.

Na visão de Bortoluzzi (2015), isto se explica porque se difundiu entre os brasileiros a ideia de que o acesso ao crédito para antecipar consumo, proporciona uma melhor qualidade de vida. Isto fez com que parcela significativa de brasileiros usasse regularmente o crédito (em suas mais diversas formas, tais como crediário, empréstimos ao consumidor, cartões, cheque especial, linhas de crédito automático, entre outras) para adquirir produtos mais caros, antes considerados supérfluos, pagando com prazos maiores. De certa forma, o aumento do consumo como consequência da facilidade de acesso ao crédito, representa uma busca pela ascensão no meio social. Assim, a grande disponibilidade de crédito observada no Brasil, durante o Governo Lula, permitiu a adesão a novos hábitos de consumo, antes impensáveis, para classes inferiores, como C, D e E, explicando a expansão do consumo neste período. Contrariando este crescimento, os gastos de consumo com educação, lazer e cultura que, segundo Carvalho (2018), são restritos aos grupos que detém mais renda, apresentaram queda em relação aos demais.

Neste período (2003 a 2010), o aumento do crédito à pessoa física se deu por meio da expansão, principalmente, das operações com recursos livres, que reúnem diferentes modalidades como crédito pessoal consignado e não consignado, crédito para aquisição de veículos, cheque especial e cartão de crédito, ou seja, reúne todas as linhas de financiamento ao consumo. Posteriormente, em uma menor escala houve também a expansão de crédito direcionado, concedido pelos bancos públicos através de financiamento habitacional e rural² (MORA, 2015; CARVALHO, 2018).

² O crédito direcionado à pessoa física refere-se ao crédito rural e ao habitacional. Entretanto, nem todo o crédito rural é destinado à pessoa física.

O crédito consignado modalidade de crédito criada em 2003 consiste em um tipo de empréstimo no qual o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou no benefício previdenciário do contratante. Esta modalidade “possibilitou aos trabalhadores vinculados a determinados sindicatos e aos servidores públicos e aposentados o acesso ao crédito bancário a taxas de juros proporcionalmente mais baixas” e explicam parte do crescimento do crédito pessoal, que se manteve crescendo mesmo com a crise de 2008 (MORA, 2015, p.14; SICSÚ,2019).

O crédito para aquisição de veículos foi outra modalidade que também apresentou expressivo crescimento, houve aumento do prazo de pagamento e uma redução das taxas de juros praticada, o que permitiu a ampliação do universo de famílias aptas a buscar um financiamento, permitindo que consumidores, “alijados do mercado, fossem incorporados” (MORA, 2015, p.19).

No tocante ao crédito direcionado, o crédito imobiliário se expandiu significativamente a partir de 2004. Segundo Martins (2020), parte relevante do crescimento do endividamento das famílias brasileiras a partir do primeiro mandato de Lula, foi explicada pela expansão do crédito para financiamento de imóveis. A razão crédito habitacional/renda chegou a mais que sextuplicar entre 2005 e 2015.

Mas, o aumento destas modalidades de crédito neste período não foi resultado apenas da política de expansão de crédito do governo. Como destaca Sicsú (2019), toda a transformação no período de 2004 a 2010 envolveu também aumento no emprego formal, no investimento, e infraestrutura. Tudo isto possibilitou efeitos multiplicadores sobre a renda, contribuindo para criar um espaço favorável ao aumento do crédito e do consumo.

No governo Dilma, a deterioração do ambiente macroeconômico impactou no mercado de crédito. O forte ajuste monetário e fiscal adotado e o seu efeito sobre o crescimento do produto, da renda e do emprego, revertendo o cenário econômico do período anterior, levou à deterioração do mercado de crédito no país. Neste contexto, os bancos passam a buscar a redução dos riscos das concessões e “se tornaram menos propensos a emprestar”, assim como “as famílias e as empresas reduziram a demanda por recursos” (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 08).

Associado a isto, as medidas macroprudenciais que vinham sendo adotadas desde 2010 - como o aumento para 16,5% nas exigências de capital nas operações de crédito consignado com prazo superior a 36 meses e para as demais operações de crédito às pessoas físicas; o

aumento do IOF para empréstimos destinados a pessoas físicas, de 1,5% para 3,0%; e, o aumento do percentual mínimo de pagamento das faturas de cartão de crédito, de 10% para 15% do total - levaram a uma queda no volume de crédito destinado às famílias e, conseqüentemente no consumo, contribuindo para a desaceleração da demanda agregada (FAGUNDES, 2013; PRATES; CUNHA, 2012, *apud* OLIVEIRA; WOLF, 2016).

No entanto, no final de 2011, dada a estagnação do crescimento da economia brasileira e o agravamento da crise internacional, o governo reconhece que a sustentação do crescimento deveria se dar, necessariamente, pelo estímulo ao mercado interno e, conseqüentemente, do consumo e do investimento. Assim, mudanças nas regras de recolhimento dos depósitos compulsórios foram implantadas na tentativa de expandir o crédito. Isto disponibilizou para os bancos cerca de 45 bilhões a mais, disponível em caixa para empréstimos. Além disso, o Banco Central aumentou o número de instituições financeiras elegíveis à condição de cedentes das operações para fins de dedução do recolhimento do compulsório (de 58 para 134). No final de 2011 o governo adota um conjunto de medidas de incentivos fiscais visando incentivar o consumo nos setores de eletrodomésticos e construção civil, o que acabou estimulando a demanda por crédito associada a essas atividades. O destaque foi o incentivo para os eletrodomésticos: o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para a linha branca, como fogões, geladeiras e máquinas de lavar (com maior índice de eficiência energética) foi reduzido. Mas este conjunto de medidas não resultaram na recuperação do crédito e na demanda como era esperado. A demanda por crédito crescia em ritmo cada vez menor porque as famílias já estavam com baixa capacidade de endividamento, devido às dívidas contraídas no período Lula (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Em agosto de 2014, na tentativa de evitar uma desaceleração maior do crédito, novas medidas foram adotadas. Houve liberação de parte dos compulsórios sobre depósitos a prazo para operações de crédito (seja na contratação de novas operações, sobretudo para veículos, seja na compra de carteiras diversificadas) e mudança na quantidade de capital exigida para que os bancos possam cobrir o risco de crédito de seus empréstimos. Estas medidas liberam para empréstimos cerca de 25 R\$ bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões correspondem a deduções do recolhimento do compulsório e R\$ 15 bilhões derivados da mudança nas regras de requerimento mínimo de capital de risco de crédito (SILVA, 2012). Mas o mercado de crédito permanece estagnado até o final do governo Dilma.

De 2014 até 2016, a desaceleração e recessão reduziu ainda mais a capacidade das famílias de contrair novas dívidas, o que impediu que as medidas de expansão de crédito

tivessem efeito no consumo e na demanda agregada. No contexto de queda na renda e aumento do desemprego, as famílias brasileiras, muito endividadas, viam uma parcela maior da sua renda ser comprometida com o pagamento de juros e amortizações e isto reduzia consideravelmente a disposição de tomar novos empréstimos. Na realidade, não havia muitos incentivos para demandar novo crédito porque parte significativa das famílias já haviam adquirido bens de consumo duráveis durante a vigência dos incentivos fiscais concedidos pelo governo nos últimos anos. As únicas modalidades que ainda apresentaram algum crescimento foram o crédito imobiliário e o consignado (OLIVEIRA; WOLF, 2016). Além disso,

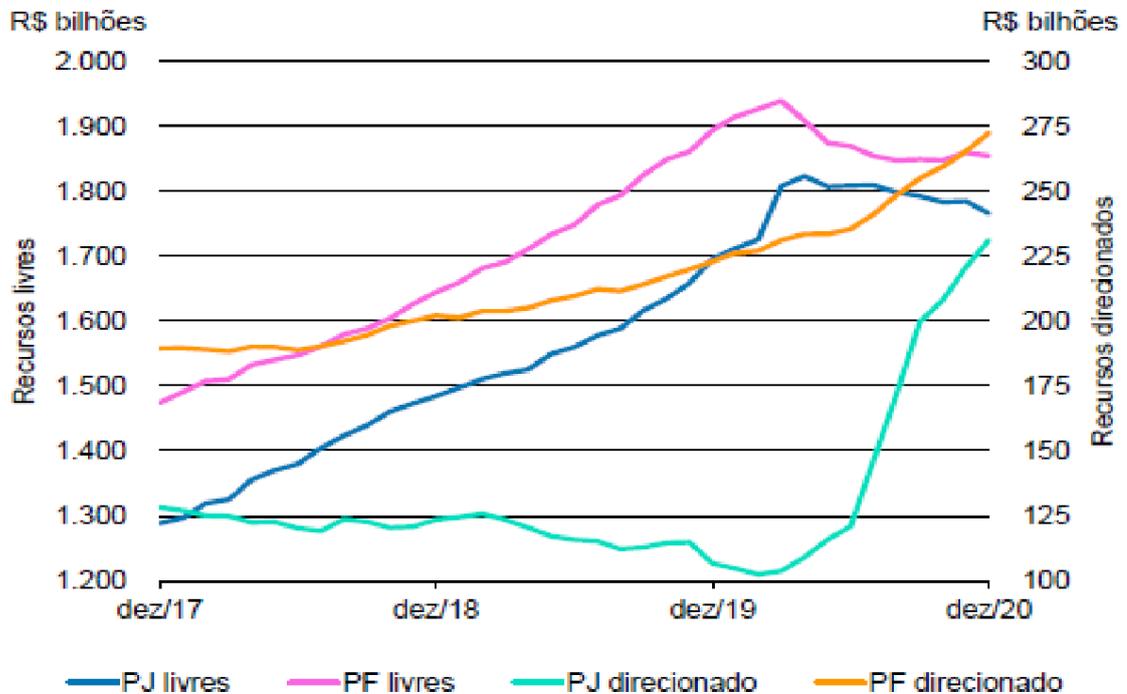
“(...) verificou-se também um aumento do uso de linhas de crédito emergenciais, como o cheque especial e o crédito rotativo do cartão de crédito, que possuem as maiores taxas de juros e os menores prazos do mercado, o que sinaliza o agravamento da situação financeira dos tomadores, que tendem a recorrer a essas linhas apenas em último caso (...)” (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p.36).

Como afirma Oreiro e Paula (2019), após a crise financeira, o governo tentou retomar o ciclo de expansão de crédito do período anterior, que deu espaço ao comprometimento de renda das famílias com endividamento bancário. No entanto, o elevado endividamento das famílias não permitia uma resposta adequada e ainda gerou uma queda do nível de atividade econômica e da demanda agregada devido ao processo de desalavancagem das famílias (e das firmas). O endividamento das famílias se comparado a renda acumulada (em 12 meses) cresceu de 18,5% em janeiro de 2005 para 46,6% em janeiro de 2015.

A partir de 2017 tem início um processo de recuperação, mesmo que lento e gradual, da expansão de crédito às famílias, especialmente do crédito com recursos livres destinados a pessoa física, como mostra a Figura 01. Em 2018 houve crescimento de 11,6% dos empréstimos com recursos livres a pessoa física (PF) em relação a 2017, com destaque para o crédito destinado à aquisição de veículos, que aumentou 12,7%. Em 2019 o crédito à pessoa física com recursos livres cresceu 16,5% (BACEN, 2020). A recuperação do crédito vem com a melhora do consumo das famílias, que continuou sendo a principal variável para recuperação da atividade econômica, e com a melhora também no mercado de trabalho. Houve elevação de 1,6% no nível de ocupação em 2019, em relação a 2018, e do rendimento real do trabalho, embora a maior parte das ocupações criadas tenham sido no segmento informal (IPEA, 2017, 2018, 2019).

Figura 01: Brasil

Concessão de Crédito no Sistema Financeiro Nacional – 2017 a 2020



Fonte: BACEN (2020).

Em 2020, o crédito no SFN apresentou forte crescimento, as concessões cresceram 5,3% no ano, alcançando o volume de R\$4,1 trilhões. O mercado de crédito inicia 2020 impulsionado pelo crescimento no segmento de pessoas físicas que cresceu 11,9% em 2019 (contra -0,1% de pessoa jurídica - PJ). Mas a partir de março, com o início da pandemia e a determinação das medidas de prevenção à transmissão, que levou a restrição de circulação de pessoas, verifica-se o aumento expressivo na demanda por crédito das empresas. Assim o mercado de crédito passa a ser impulsionado pelo segmento de pessoas jurídicas. O crédito às famílias permaneceram relativamente estáveis com redução nas linhas de consumo, compensada pela aceleração do crédito imobiliário. Houve redução sobretudo nas modalidades de cartões de crédito à vista e financiamento de veículos. Mas ainda em 2020, verifica-se a retomada na contratação destas modalidades, assim como expansão no crédito consignado, “estimulada pelo aumento temporário de 5% na margem consignável de aposentados”. Além disso, apesar dos efeitos econômicos da pandemia, a redução da taxa básica de juros estimulou a demanda por financiamento imobiliário, “tanto pela ampliação da quantidade de famílias aptas a contratar os

empréstimos, resultado da redução nas prestações por conta da queda nos juros, como pela migração de investimentos das famílias, dada a queda na rentabilidade das aplicações de renda fixa”. (BCB, 2020 p.16). Assim, apesar da crise gerada pela pandemia, as operações de crédito destinadas a pessoa física cresceram, segundo dados do BCB (2020), 11,2% em 2020, apenas 0,7 p.p a menos que em 2019. As operações de PF com recursos livres cresceram 10,8% e com direcionados 11,7%.

3 – METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução do crédito e seus efeitos em relação a consumo, PIB, endividamento e inadimplência das famílias pernambucanas, no período de 2003 a 2020. Fazer uma pesquisa é defender uma ideia, tomando como base procedimentos de investigação sistematizados, fundamentado através da bibliografia. Para tanto, é importante classificar adequadamente o trabalho, o que facilita a definição dos procedimentos utilizados.

Há diversas formas de classificar a pesquisa, conforme o tratamento dado ao problema, quanto à aplicação, natureza, abordagem do problema, tratamento dos dados, etc. Se a escolha for adequada, isso permitirá que o fenômeno escolhido para análise seja definido, posto em ordem e de forma clara, seja perfeitamente compreendido.

O trabalho consiste em uma pesquisa científica porque busca responder os problemas apresentados, utilizando procedimentos científicos. Em relação aos objetivos, a presente pesquisa é classificada como bibliográfica e descritiva. Bibliográfica porque procura analisar e o efeito do crédito sobre as variáveis PIB, consumo, endividamento e inadimplência a partir de trabalhos já existentes. Além disso, estuda teorias, relaciona conceitos e formula quadros de referência, pautada em dados secundários (CARTONI, 2011). É descritiva porque observa, analisa e correlaciona os fatos estudados sem manipulá-los. Como destacam Marconi e Lakatos (2003), este tipo de pesquisa procura observar o fenômeno como ele realmente se apresenta, sem manipulação por parte do pesquisador.

Quanto a sua natureza (ou finalidade) esta pode ser considerada uma pesquisa aplicada. Conforme Cartoni (2011), este tipo de pesquisa tem o objetivo de gerar conhecimento para que possam ser aplicados na prática e dirigidos à solução de problemas específicos, podendo envolver, verdades e interesses da localidade. Neste caso, essa pesquisa está gerando informações sobre o impacto da concessão de crédito no endividamento e inadimplência das famílias pernambucanas, que posteriormente poderão ser utilizados em estudos futuros, pelo governo do estado de Pernambuco.

Quanto ao procedimento técnico utilizado para a obtenção das informações usadas na pesquisa, foi adotada a pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizados material como livros, monografias, artigos científicos, boletins, etc., publicados em meio impresso ou em sites com ou sem tratamento analítico.

Em relação ao tipo e fontes dos dados, foram utilizados dados secundários para as seguintes variáveis:

i) nível de endividamento das famílias pernambucanas, dívidas em atraso, capacidade de pagamento e tipo de dívidas, obtidos a partir da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC);

ii) saldo das operações de crédito (pessoa física e jurídica), e taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (Pessoas Físicas), obtidas do Banco Central do Brasil (BACEN);

iii) volume de vendas do comércio varejista e varejista ampliado (indicador de variação mensal e acumulada no ano), e volume de vendas do comércio varejista ampliado por segmentos (indicador de variação acumulada no ano) obtidos do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

iv) taxa de crescimento do PIB anual do Brasil e do estado de Pernambuco, obtida da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM; e,

v) variação e saldo do emprego formal, obtido do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Quanto à abordagem do problema (análise e interpretação dos dados), esta foi feita de forma quantitativa e qualitativa. Na abordagem quantitativa, os dados foram expostos em tabelas e gráficos, de modo a facilitar a análise e posterior compreensão dos resultados. Os dados foram tratados utilizando recursos e técnicas simples da estatística como a percentagem e a média. Isto facilitou e tornou mais clara a interpretação e análise dos resultados. Na abordagem qualitativa, foi feita uma análise descritiva e comparativa dos dados disponíveis a fim de trazer à tona toda a trajetória de dívidas e consumo das famílias, diante das políticas propostas e realizadas pelos governos, ao longo do período.

4 – CRÉDITO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS PERNAMBUCANAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

A política de expansão de crédito pode ter efeitos positivos na economia porque tem o potencial de estimular o crescimento via estímulo ao consumo, um dos componentes da demanda que mais contribuem para o aumento da renda. Mas a expansão de crédito também pode se tornar um problema pois acarreta, muitas vezes, o aumento de endividamento, o que pode levar, em determinadas condições econômicas, à inadimplência, dado o aumento do comprometimento da renda das famílias.

O objetivo deste capítulo é descrever o comportamento (evolução) destas três variáveis, crédito, endividamento e inadimplência das famílias pernambucanas, em um período marcado por mudanças na condução da política e nas condições econômicas (2003 a 2020). Além disso, busca também discutir seus efeitos em relação ao consumo, PIB e alguns indicadores sociais do estado. Para tanto, o capítulo está dividido em três seções. A primeira descreve a evolução do crédito destinado às famílias e do consumo; a segunda seção analisa a evolução do PIB e indicadores sociais do estado como consequência da expansão do crédito; e a última seção descreve o comportamento do nível de endividamento e inadimplência no estado.

4.1 A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DO CONSUMO

A expansão de crédito destinado às famílias permite aos agentes poder de compra “imediato” que eles não possuem, ou seja, possibilita o aumento do consumo que, por sua vez, gera estímulos ao crescimento da renda. No Brasil, o período de 2003 a 2020 é marcado por fases distintas quando se fala em condução da política econômica, especialmente da política de crédito, e em condições econômicas. A análise feita nesta seção separa este período em três fases: a primeira compreende o período do Governo Lula (2003-2010); a segunda, o período Dilma (2011-2016); e, a terceira o período de Temer até Bolsonaro (2017-2020).

Na gestão Lula (2003 a 2010), um dos pilares do crescimento econômico foi a política focada na expansão de crédito e no aumento do consumo. Esta política viabilizou um aumento da renda beneficiando, em graus diferentes, todas as regiões brasileiras. Como destaca Bacelar

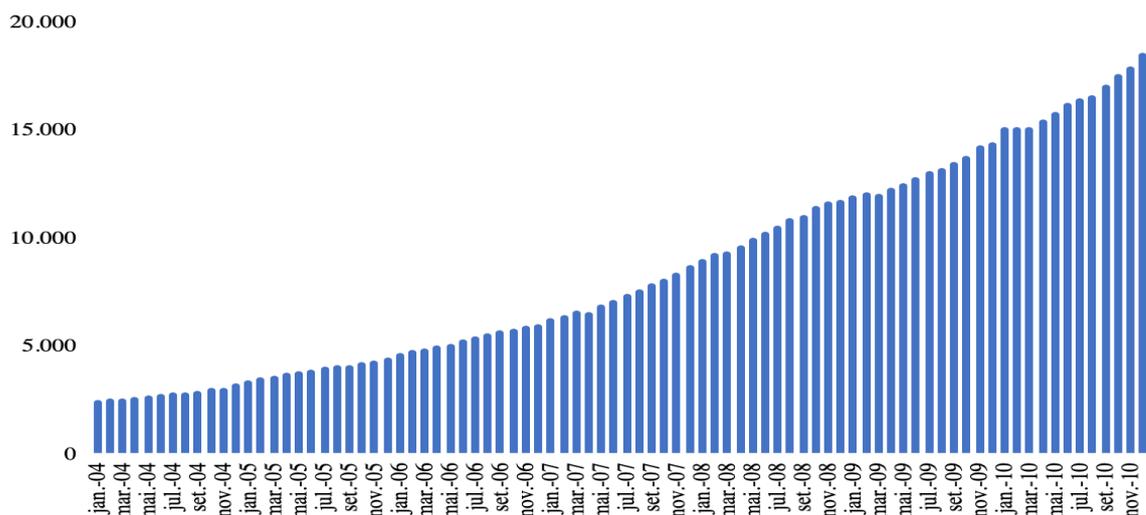
(2009), o Nordeste foi uma das regiões mais beneficiadas e que mais se desenvolveu. Além da expansão do crédito, este desenvolvimento aconteceu em virtude de outras duas políticas: a política assistencialista e a de valorização do salário mínimo.

Neste período, o estado de Pernambuco vivenciou uma significativa expansão do o crédito para obtenção de veículos e do crédito destinado a pessoa física, que inclui as modalidades de crédito pessoal consignado e não consignado (utilizados, em grande parte, para o consumo de bens duráveis). Estes dados estão no Gráfico 01, que apresenta o saldo das operações de crédito à pessoa física no estado, de janeiro de 2004 a novembro de 2010.

Gráfico 01: Pernambuco

Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física (2004-2010)

R\$ (milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

Conforme mostra no gráfico, o saldo das operações de crédito à pessoa física (PF) partem em uma crescente de janeiro de 2004, o menor saldo dos anos do Governo Lula, com aproximadamente R\$ 2.490 milhões, alcançando o seu maior valor no último mês do mandato, com cerca de R\$ 18.543 milhões, ou seja, um crescimento de mais de 700% em relação a janeiro de 2004. Quando comparado aos recursos destinados à pessoa jurídica (PJ), dados apresentados na Tabela 01, destacam-se os anos de 2007 e 2008 quando o saldo do crédito destinado à pessoa física (PF) superou o PJ. A partir de 2008, a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a redução de 30% para 20% do limite de desconto dos aposentados e pensionistas

vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) desaceleraram a expansão do crédito à pessoa física. Apesar disso, em todo o período, o crédito de pessoa física (PF) cresceu em média 485%.

Tabela 01: Pernambuco

Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica e Total
(2004-2010) - R\$ (milhões)

ANO	SALDO			TX. CRESC. (% a.a)		
	PF	PJ	TOTAL	PF	PJ	TOTAL
2004	33.653	52.632	86.282	30,4 4	3,12	12,98
2005	47.241	57.113	104.35 6	29,8 7	18,50	23,41
2006	64.156	70.260	134.41 6	30,2 0	28,10	29,10
2007	88.031	83.962	171.99 3	38,4 8	38,31	38,39
2008	125.18 9	118.55 6	243.74 2	30,4 7	34,46	32,42
2009	156.07 2	205.76 6	361.83 6	20,4 9	113,8 0	66,06
2010	197.13 6	322.74 4	519.88 1	22,7 1	17,99	19,76

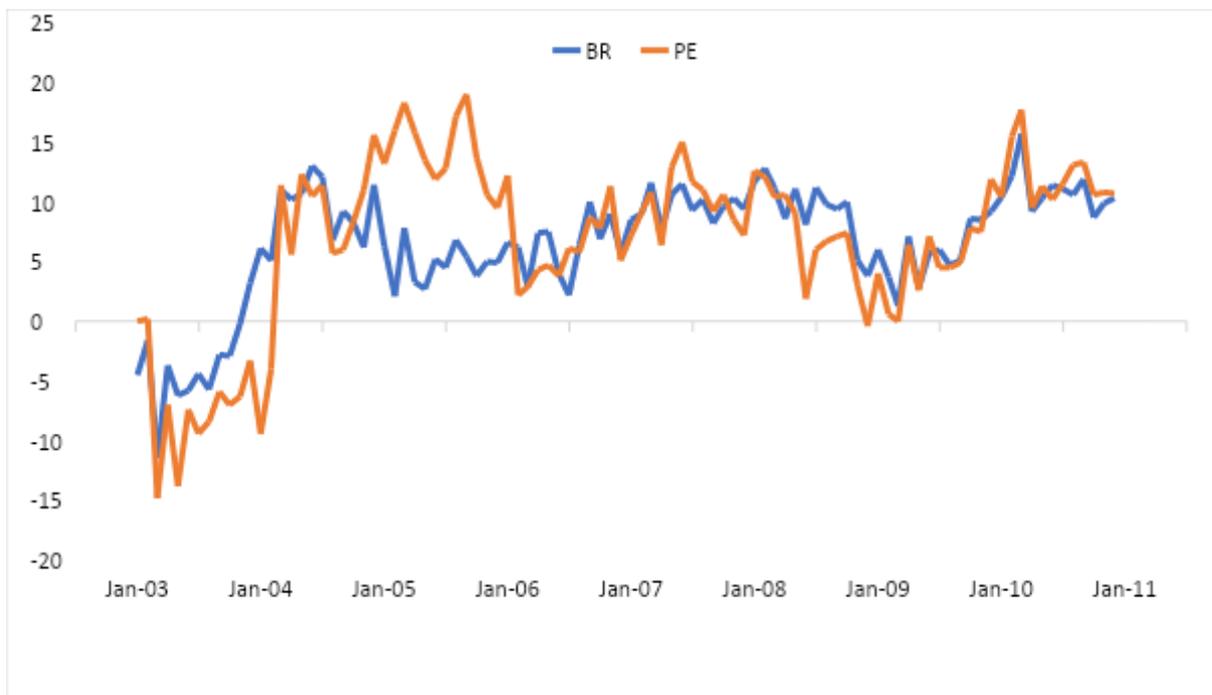
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

Como destaca Bacelar (2009), a ampliação significativa do crédito teve impacto muito positivo. O crédito consignado permitiu aos trabalhadores vinculados a sindicatos, servidores públicos e aos aposentados a obtenção de crédito bancário a taxa de juros menores, além de uma expansão no prazo de pagamento. Esse resultado permitiu uma queda no valor das prestações, o que acabou por levar a um menor comprometimento da renda das famílias que recorriam ao consignado. Tudo isto dinamizou a demanda via consumo, e o dinamismo do consumo atraiu investimentos para os estados do Nordeste.

Em Pernambuco, o consumo cresceu em trajetória basicamente linear de 2003 a 2010, seguindo a tendência observada para o Brasil. Segundo Sicsú (2019), isto foi resultado do aumento real dos salários, da redução do desemprego e, especialmente, da ampliação do volume de crédito. O Gráfico 02 apresenta a evolução do volume de vendas do comércio varejista (considerado aqui como uma proxy para o consumo), no o indicador de variação mensal que compara mês com mês anterior, em Pernambuco e no Brasil durante o governo Lula.

Gráfico 02: Pernambuco e Brasil

Volume de Vendas no Comércio Varejista (2003-2010) – Variação Mensal (%)

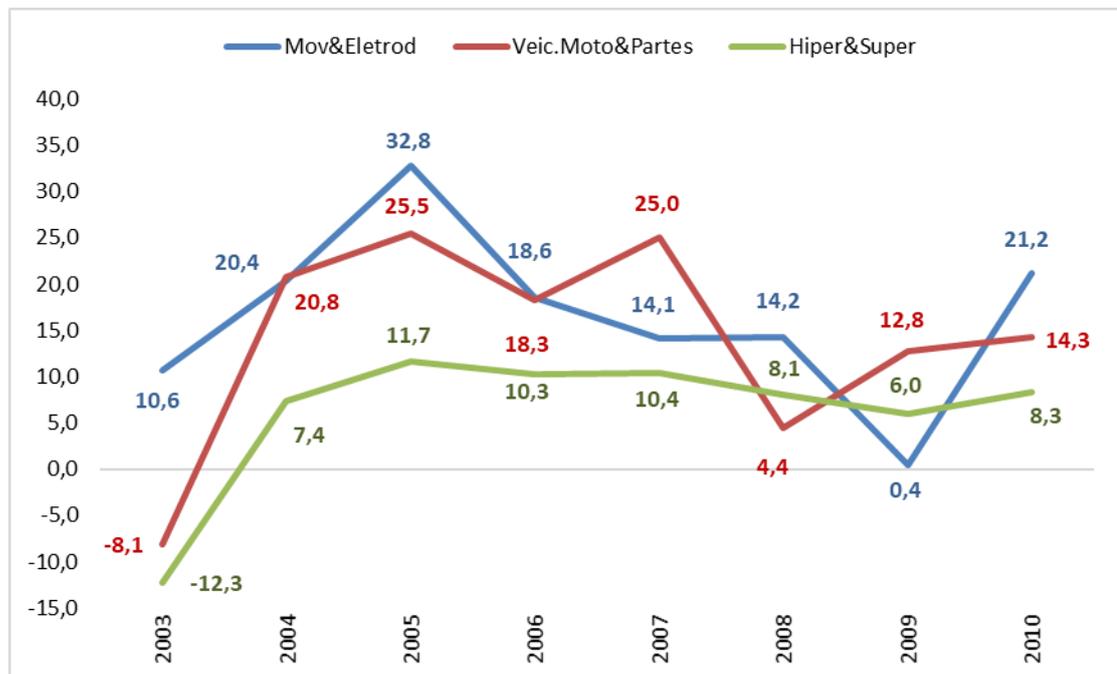


Fonte: PMC/IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio. Elaboração própria.

Com o grande estímulo ao crédito, o consumo no estado se intensificou a partir de 2003 e Pernambuco passou a acumular taxas positivas no ano durante todo o período, com destaque para os anos de 2005 e 2010. Em 2005 o volume de comércio acumulou crescimento de 14,0% no ano (e 16,5% no comércio varejista ampliado, que inclui o comércio de veículos motocicletas partes e peças e de material de construção) superando o valor observado para o Brasil que, em 2005, acumulou crescimento de 4,8% (e 3,1% no comércio ampliado). Em 2010, Pernambuco acumulou crescimento de 11,9% (e 12,8% no comércio varejista ampliado) pouco acima do nacional, 10,9% (12,2% no ampliado).

Segundo Bacelar (2009), a expansão do crédito trouxe consequências positivas, gerando um aumento do bem-estar e da qualidade de vida do pernambucano, porque tornou mais acessível à população o consumo de bens duráveis, a aquisição de imóveis e automóveis. Isto pode ser visto quando analisados os dados sobre o volume de comércio nos setores de “móveis e eletrodomésticos” e de “veículos, motocicletas, partes e peças” no período do governo Lula. O gráfico 03 apresenta os dados da pesquisa mensal do comércio com a evolução do volume de vendas nestes setores, considerando o indicador que mede o acumulado em cada ano (dezembro/ano).

Gráfico 03: Pernambuco
 Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado (2003-2010)
 Variação Acumulada no Ano (%)



Fonte: PMC/IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio. Elaboração própria.

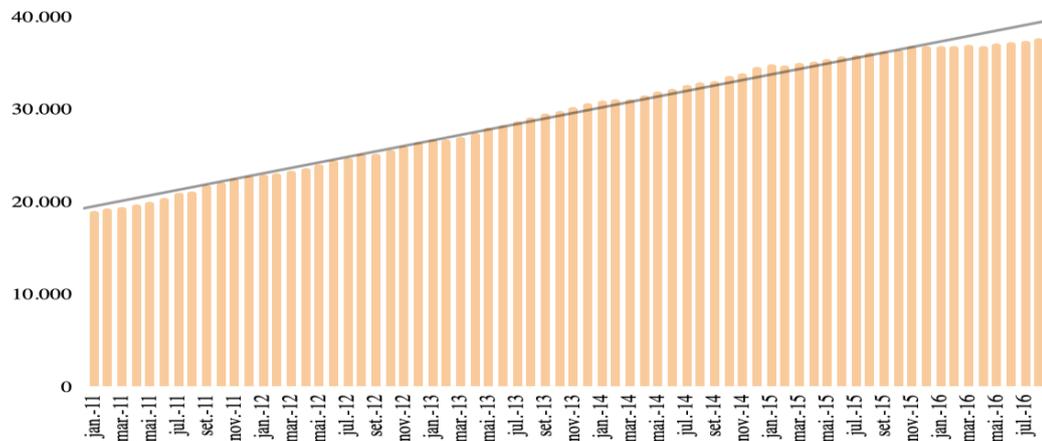
Pela análise do gráfico 03, percebe-se como a política de expansão de crédito estimulou o consumo nos segmentos de eletrodomésticos e automóveis, especialmente quando comparado com setor de alimentos (hipermercado e supermercados). A partir de 2003, em todo os anos, os setores acumularam crescimento. O destaque foi 2005, quando se começa a sentir mais efetivamente os efeitos da política, com os segmentos de “móveis e eletrodomésticos” e de

“veículos, motocicletas, partes e peças” acumulando crescimento de 32,8% e 25,5%, respectivamente.

É importante destacar que a expansão do crédito às famílias neste período, teve bons resultados no estímulo ao consumo, devido à combinação com outras políticas como a de estímulo aos investimentos, que foi implementado junto ao Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), as políticas de transferência de renda (Bolsa Família) e a ampliação do rendimento médio salarial. O PAC possibilitou a geração de emprego e renda no Estado de Pernambuco, com a Transnordestina, a Transposição do São Francisco e o Programa Minha Casa Minha Vida. Como destaca Bacelar (2017), foi um período de grande avanço porque as políticas deste período elevaram a renda das famílias, possibilitando que as classes de renda mais baixas pudessem consumir mais e girar a economia local. As políticas de transferência de renda (Bolsa Família) aliadas a ampliação do rendimento médio salarial (de R\$ 1.057,04 em 2002 para R\$ 1.982,7 em 2010) e à expansão do crédito, permitiram uma elevação do consumo, sobretudo da classe D e E, que consumiram 11% a mais em alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza entre 2002 e 2006 (BARBOSA, 2017; LATINPANEL, 2006).

A partir de 2011, o Brasil passa a ser governado por Dilma Rousseff, e a política de crédito toma novas formas. Foram adotadas as chamadas medidas macroprudenciais que reduziram e encareceram o crédito. Segundo Corsi (2016), o novo governo deu continuidade à elevação moderada da taxa de juros, e associou a esta medida o aumento do compulsório e das exigências de capital dos bancos comerciais, e o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre as operações de crédito pessoal. Estas medidas vinham sendo adotadas desde 2010, mas foram fortalecidas com o objetivo de controlar a aceleração inflacionária. Isto se refletiu na evolução mais “suave” das operações de crédito no estado, como mostra o gráfico 04.

Gráfico 04: Pernambuco
Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física (2011- 2016)
R\$ (milhões)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do BACEN.

O saldo das operações de crédito no estado, saltou de R\$ 19.061 milhões em janeiro de 2011, para R\$ 37.695 milhões no final do seu mandato (interrompido em 2016 pelo impeachment). Isto representa um aumento de mais de 100%, aproximadamente, em relação a janeiro de 2011. Apesar das medidas adotadas pelo governo, o crédito à PF cresceu em todos os anos de 2011 a 2016, mas a taxas decrescentes, como mostra a Tabela 02. Em todo o período (2011 a 2016) o crédito à PF cresceu em média 79,8%, bem inferior à taxa de crescimento observada no período do governo Lula.

Os dados mostram que o crédito total manteve o crescimento até 2013 - isto foi impulsionado pelo crescimento do crédito direcionado, que inclui o financiamento imobiliário - mas ficou estagnado nos dois anos seguintes. Em 2014, segundo Silva (2017), dada a estagnação do crescimento da economia brasileira, ocorreram mudanças nas regras de recolhimento do depósito de compulsório na tentativa de expandir o crédito e estimular o consumo. Foi disponibilizado para os bancos cerca de R\$ 45 bilhões a mais para empréstimos.

Tabela 02: Pernambuco

Saldo R\$ (milhões) e Taxa de Crescimento (% a.a.) das Operações de Crédito
Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Total (2011-2016)

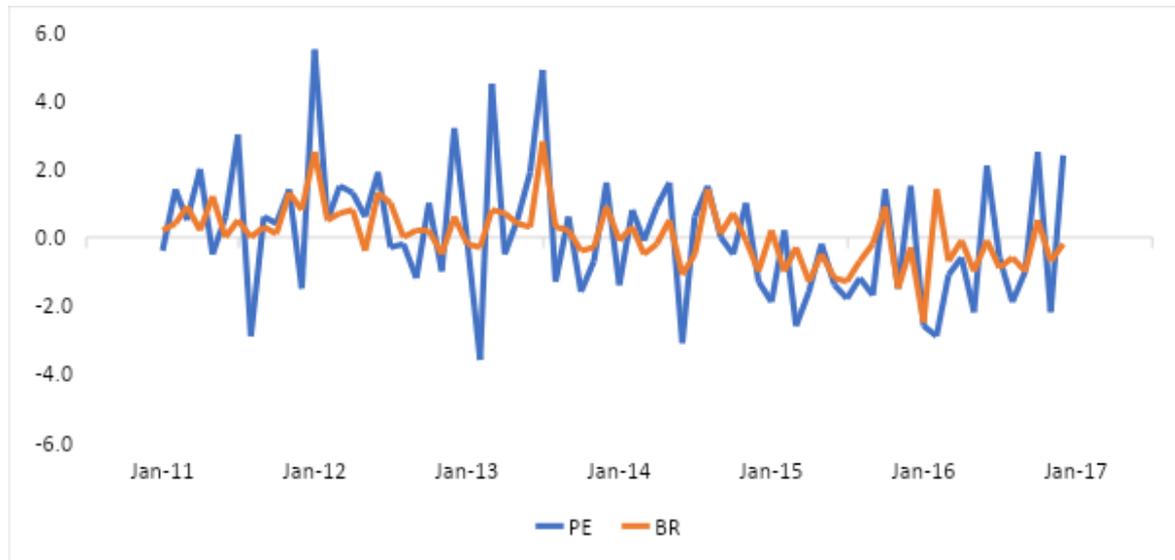
ANO	SALDO			TX. CRESC. (% a.a)		
	PF	PJ	TOTAL	PF	PJ	TOTAL
2011	249.411	386.481	635.895	19,88	22,17	21,28
2012	294.809	448.731	743.539	15,33	13,44	14,19
2013	342.418	508.561	850.980	14,93	15,05	15,00
2014	389.250	447.663	836.914	11,94	-17,80	-5,84
2015	429.419	449.222	878.642	5,75	1,22	3,40
2016	448.512	418.690	867.203	3,32	-9,60	-3,17

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

No entanto, o crescimento do consumo, que foi considerado fator fundamental na expansão da economia desde 2003, não apresentou o mesmo desempenho. O Gráfico 05 apresenta a evolução do volume de vendas do comércio varejista (indicador de variação mensal que compara mês com mês anterior) em Pernambuco e no Brasil, no período de 2011 a 2016. Na série estadual, a maior variação positiva no período ocorreu em janeiro de 2012 com um aumento de 5,5% em relação a fevereiro. Um índice muito inferior aos observados no governo Lula.

Gráfico 05: Pernambuco e Brasil

Volume de Vendas no Comércio Varejista (2011-2016) – Variação Mensal (%)

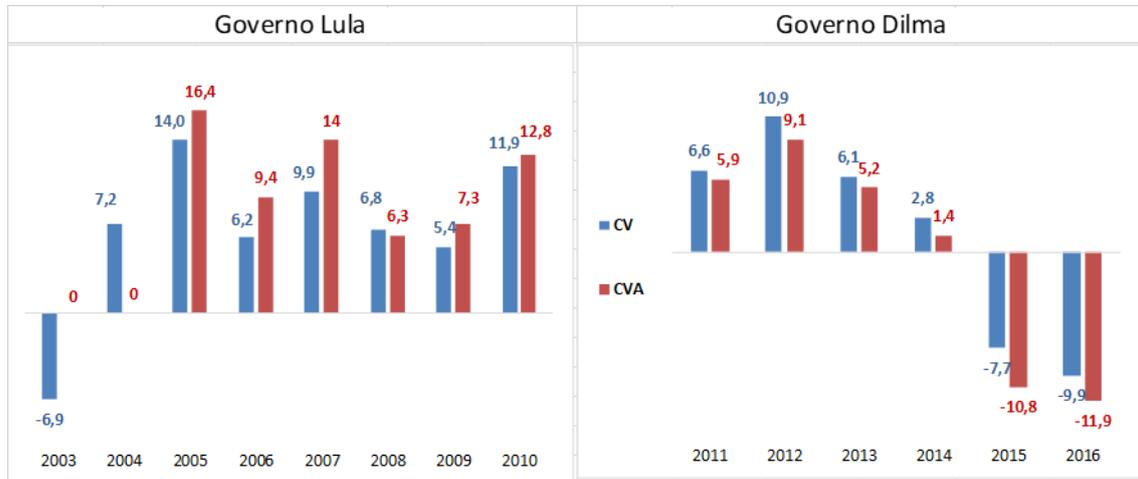


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PMC/IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio.

O fraco desempenho do consumo, mesmo com o crédito à PF crescendo, reflete as condições de endividamento das famílias (que já havia chegado ao seu limite) e o baixo crescimento da economia. Como consequência, entre 2012 e 2014, Pernambuco acumula crescimento no volume anual do comércio (varejista e varejista ampliado), mas com taxas cada vez menores, como mostra o Gráfico 06, que apresenta também, para efeito de comparação, os resultados para o Governo Lula. Em 2015 e 2016, o comércio pernambucano acumulou queda de 7,7% e 9,9% (-10,8% e -11,9% no ampliado), respectivamente. Um valor acima do observado para o país, que teve queda de 4,3% em 2015 e 6,2% em 2016 (-8,6% e -8,7% no ampliado).

A desaceleração observada a partir de 2012 no volume de comércio e, conseqüentemente, do consumo foi reforçada pelo impacto do ciclo de elevação das taxas de juros iniciado em abril de 2013 depois da elevação do estoque de dívidas com imóveis e bens duráveis, o que encareceu a rolagem da dívida. Em todo o país, o consumo das famílias continuou desacelerando em 2014, sobretudo para bens de mais alto valor agregado, apesar do aumento de 4,1% da massa salarial real. (BASTOS, 2017; OREIRO; PAULA, 2019).

Gráfico 06: Pernambuco -
Volume de Vendas do Comércio Varejista e Varejista Ampliado (2003 - 2016)
Variação Acumulada no Ano (%)



Fonte:

PMC/IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio. Elaboração própria.

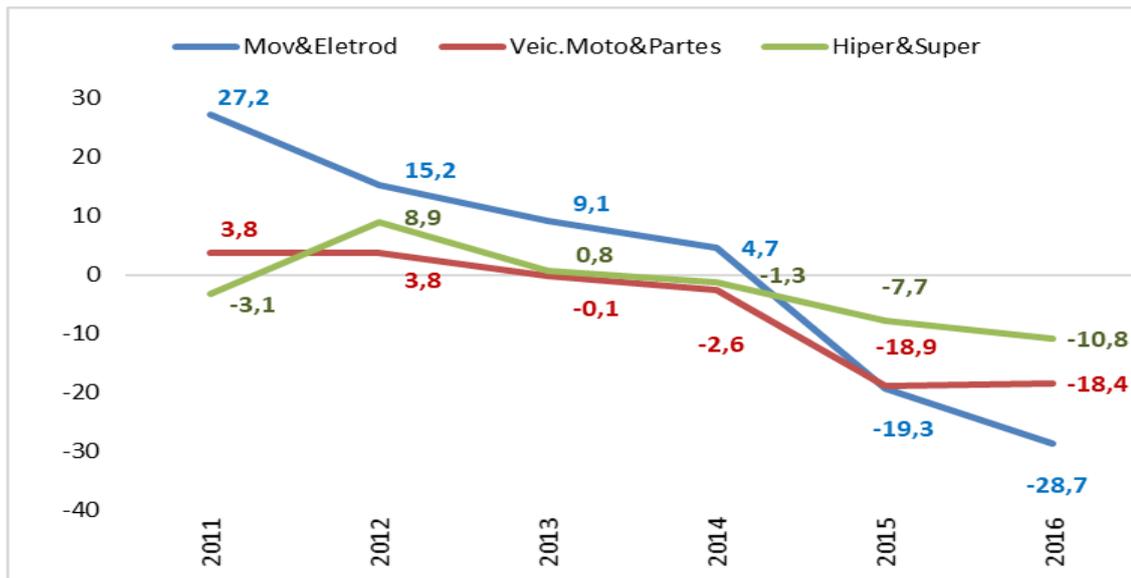
Assim como observado para o país, a queda no consumo das famílias pernambucanas em relação aos bens de maior valor (que em sua maioria são adquiridos via crédito), se reflete na queda do volume de comércio dos bens duráveis, considerando o indicador que mede o acumulado em cada ano (dezembro/ano), apresentado no Gráfico 07. O indicador do volume de vendas no segmento de móveis e eletrodomésticos e de veículos e motocicletas despencou de 2011 a 2016. Entre 2011 e 2014 o volume de vendas de móveis e eletrodomésticos cresceu, mas a taxas decrescentes. Em 2015 e 2016, o agravamento da crise econômica e da instabilidade política no país (em virtude Operação Lava Jato sobre os setores de construção civil e petróleo e do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma), impactou fortemente o estado e, consequentemente, o consumo das famílias e volume de vendas nestes segmentos.

Em Pernambuco, conforme destaca Bacelar e Santos (2019), a crise foi agravada pelo cancelamento e paralisação de projetos de investimentos e pela finalização de grandes obras como a da refinaria e a do estaleiro Atlântico Sul. Entre 2014 e 2016, os investimentos produtivos em andamento injetaram cerca de R\$9,3 bilhões no estado. Isto já representava uma importante diminuição dos fluxos de investimentos quando comparados aos ocorridos nos dez anos anteriores (R\$70 bilhões entre 2007 e 2016). Tudo isto acarretou, naturalmente, a diminuição dos empregos e da renda no estado, impactando no consumo de bens duráveis. A reação do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo foi muito lenta, mantendo-

se esses componentes da demanda praticamente estagnados no período relativo ao primeiro trimestre de 2016.

Gráfico 07: Pernambuco

Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado por Segmentos (2011-2016)
Variação Acumulada no Ano (%)



Fonte: PMC/IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio. Elaboração própria.

O terceiro período analisado é o que compreende os dois anos do Governo Temer e os dois primeiros anos do Governo Bolsonaro (2017-2020), marcado por várias crises e choques negativos como: greve dos caminhoneiros em 2018; o desastre de Brumadinho, a crise argentina e a incerteza internacional (com a guerra comercial entre EUA e China) em 2019; e, a Pandemia em 2020. Todos estes fatores impediram a recuperação da economia e foram determinantes, em alguma medida, dos rumos da política econômica no país.

O ano de 2017 (após a profunda recessão e forte crise política enfrentada pela economia brasileira entre 2014 e 2016) parecia indicar o início de uma fase de recuperação econômica³. Em janeiro de 2017, já com Michel Temer na Presidência da República, a taxa de juros nominal foi reduzida em 0,75 p.p, e em fevereiro, o governo anunciou medidas visando estimular o financiamento residencial: aumento na faixa máxima do Programa Minha Casa Minha Vida

³ Após queda de 3,5% e 3,3% do PIB brasileiro em 2015 e 2016, respectivamente, em 2017 e 2018 o PIB manteve crescimento de 1,1%.

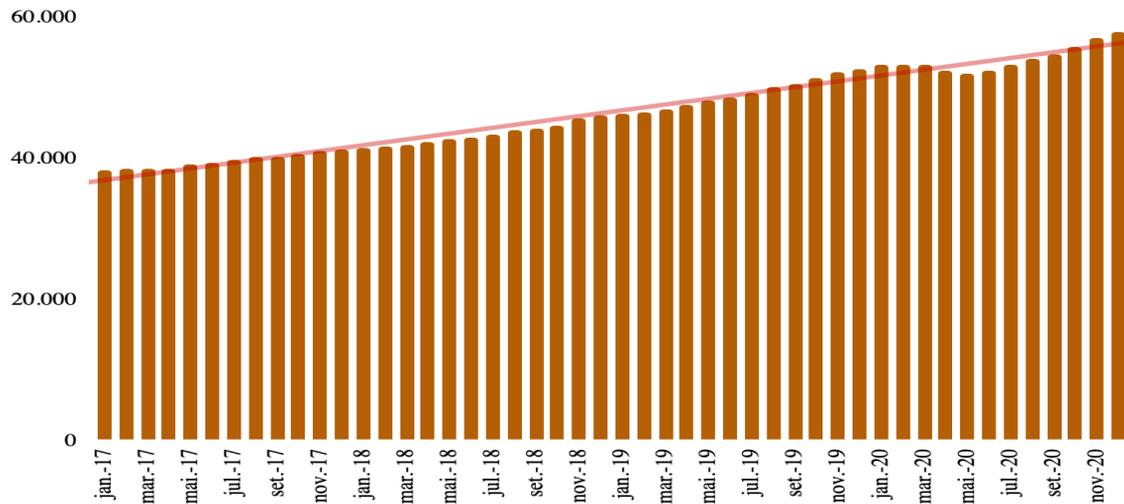
para 9 mil reais e autorização do uso do FGTS para compra de imóveis de até 1,5 milhão. Era uma tentativa de estimular os componentes autônomos da demanda agregada e aliviar os problemas de baixo crescimento e elevada taxa de desemprego (12,7% em 2017). O governo demonstrava que a política de crédito iria focar em torno do estímulo ao crédito imobiliário, que era considerado importante para geração de empregos. No entanto, os juros básicos em queda, não repercutiam sobre as taxas de juros reais cobradas pelos bancos e tampouco eram suficientes para estimular o crédito e o consumo (CARVALHO, 2018).

Nos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro, 2019 e 2020, a política de crédito esteve mais voltada para atender as micro e pequenas empresas. Em 2019 o BCB alterou as regras dos depósitos compulsórios o que permitiu a injeção de R\$ 8,2 bilhões no sistema financeiro, possibilitando o aumento na oferta de crédito para estimular consumo e produção.

Em 2020, no contexto da crise da pandemia da Covid-19, o crescimento do crédito às famílias no país, se manteve em relativa estabilidade - houve redução nas linhas de consumo que foi compensada pela aceleração do crédito imobiliário – enquanto a instituição das medidas de restrição de circulação das pessoas e de funcionamento das empresas, levou ao aumento expressivo do crédito para empresas (BCB, 2020a). Foram criados o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), para pequenas e médias empresas, e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Neste período, a disponibilidade de crédito à pessoa física no estado de Pernambuco se manteve em crescimento moderado, especialmente se comparado aos períodos anteriores (governo Lula e Dilma). Conforme mostra o Gráfico 08, o saldo em janeiro de 2017 foi de R\$ 38.306 milhões e no final de 2020 chega a R\$ 57.745 milhões. Considerando todo o período (2017 a 2020), o crédito à pessoa física cresceu a uma taxa média de 36,67%, enquanto o crédito à pessoa jurídica decresceu em média 16,65%.

Gráfico 08: Pernambuco
Saldos das Operações de Crédito Pessoa Física (2017- 2020)
R\$ (milhões)



Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

Ao analisar o saldo de operações de crédito por ano de 2017 a 2020, mostrado na Tabela 03, percebe-se que, até 2019 houve expansão (a taxas crescentes), das operações para pessoas físicas, com o maior crescimento registrado em 2019 (aproximadamente 14% a.a.) contrastando com a redução no crédito direcionado para pessoa jurídica. Isto muda em 2020, em virtude da política de crédito mais voltada para PJ, quando o saldo de crédito PJ cresce 14,86% e o PF 8,71%, embora o saldo total de PF ainda supere o de PJ.

Tabela 03: Pernambuco

Saldo R\$ (milhões) e Taxa de Crescimento (% a.a.) das Operações de Crédito
Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Total (2017-2020)

ANO	SALDO			TX. CRESC. (% a.a)		
	PF	PJ	TOTAL	PF	PJ	TOTAL
2017	474.351	382.080	856.431	7,39	-3,94	3,45
2018	519.733	358.928	878.661	10,72	-2,40	8,32
2019	588.971	314.717	903.688	13,99	-6,47	7,52
2020	648.287	318.463	966.750	8,71	14,86	23,57

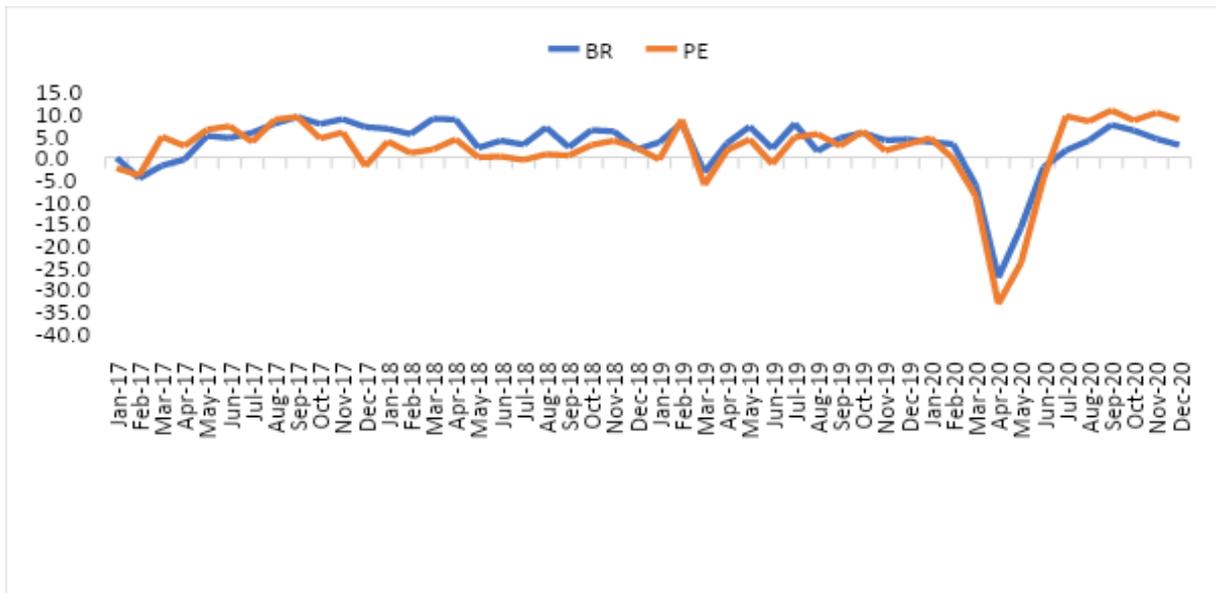
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

Segundo dados do (BCB, 2020b, 2021), em 2018 e 2019, o aumento do crédito a PF em Pernambuco teve como destaque: o aumento de consignado, cresceu 9,2% e 11,9%, respectivamente; financiamento de veículos, 15,1% e 18,9%; crédito pessoal, 16,8% e 20,1%; e, os financiamentos habitacionais que cresceu 8,4% em 2018 e 6,2% em 2019. Em 2020, sobressaiu o crescimento dos empréstimos às pessoas jurídicas, cresceu 15,3% (recursos livres) e 19,4% (recursos direcionado), refletindo os programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas. O crédito à pessoa física com recursos direcionados cresceu 10,1% e com recursos livres cresceu 9,5, impulsionado por crédito consignado, financiamento de cartão de crédito à vista e outros créditos livres.

Neste período (2017-2020), apesar do aumento do crédito à PF, o volume de vendas no comércio pernambucano (usado como uma *proxy* para o consumo), permaneceu praticamente estável até 2019. O Gráfico 09 mostra o volume de vendas do comércio varejista usando o indicador de variação mensal (compara mês com mês anterior).

Gráfico 09: Pernambuco e Brasil

Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado (2017-2020) – Variação Mensal (%)

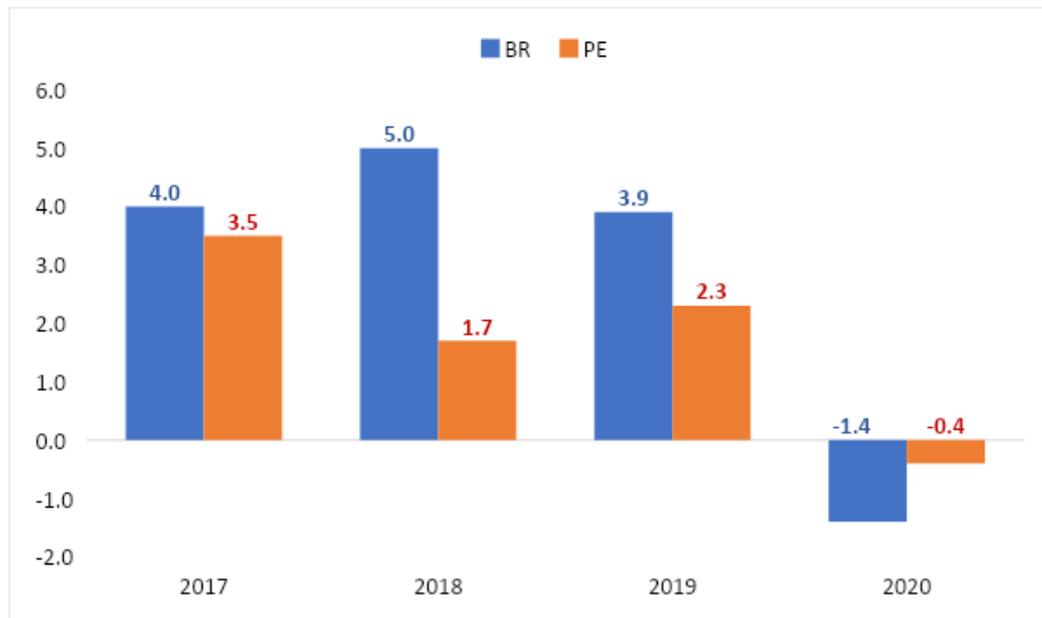


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PMC/IBGE.

Segundo o IPEA (2019), isto se explica pelo nível elevado de endividamento das famílias pernambucanas, acumulado de anos anteriores, e pela queda na renda. Dado este endividamento, e as taxas mínimas de crescimento do rendimento real, as famílias usam o crédito para manter o nível de consumo e não para expandir. No início de 2020 (janeiro a março), ocorre uma queda brusca no consumo, ocasionado principalmente pela pandemia do novo coronavírus. Com a paralisação das atividades, o reflexo foi imediato no volume de vendas do período, em abril, atingiu sua menor variação com queda de 18% no estado e 16,5% no Brasil. Nos meses seguintes, o volume de vendas volta a crescer (com pico de 19% em julho), mas isto é reflexo da injeção de renda na economia através do auxílio emergencial pago pelo governo brasileiro.

Considerando os dados do volume de vendas no acumulado de cada ano (dez/ano), apresentados no Gráfico 10, percebe-se que no primeiro ano de mandato de Temer, em 2017, o consumo em Pernambuco ainda aparece com certa firmeza, cresce 3,5%. Porém em 2018 e 2019, o estado já apresenta um crescimento modesto, de 1,7% e 2,3% (queda de 1,8 p.p. e 1,2 p.p em relação a 2017). Em 2020 despenca, para uma variação negativa de 0,4% no estado.

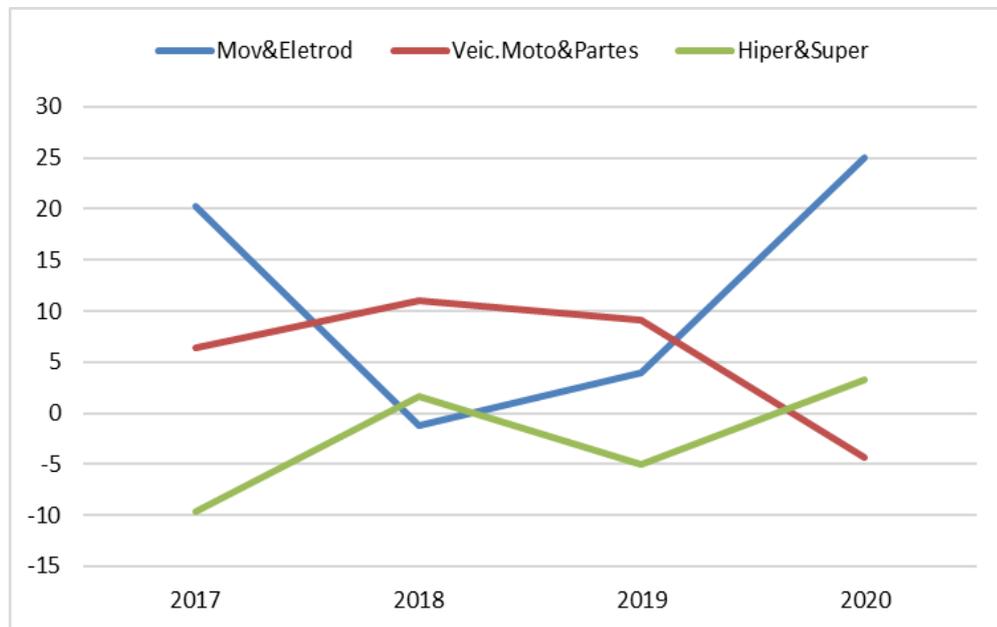
Gráfico 10: Pernambuco -
 Volume de Vendas do Comércio Varejista e Varejista Ampliado (2017 - 2020)
 Variação Acumulada no Ano (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PMC/IBGE.

Quando analisado o volume de comércio (no indicador do acumulado no ano) considerando os dois segmentos cujas vendas estão ligadas ao crédito, segmento de “móveis e eletrodomésticos” e de “veículos, motocicletas e partes”, na comparação com um setor de bens essenciais como o de alimentos, percebe-se que o segmento de móveis eletrodomésticos, teve um desempenho muito ruim, saindo de um crescimento de 20% em 2017 para -1,2% em 2018 apesar da evolução positiva do crédito à PF. Os dados são apresentados no Gráfico 11. O segmento de veículos apresenta uma variação positiva de 6% e 11% em 2017 e 2018, chegando a uma queda acentuada em 2020, atingindo -4,3%, o que pode ser mais um reflexo da crise provocada pela pandemia que inibiu o consumo das famílias em bens de maior valor.

Gráfico 11: Pernambuco -
Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado por Segmentos (2017 - 2020)
Varição Acumulada no Ano (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PMC/IBGE.

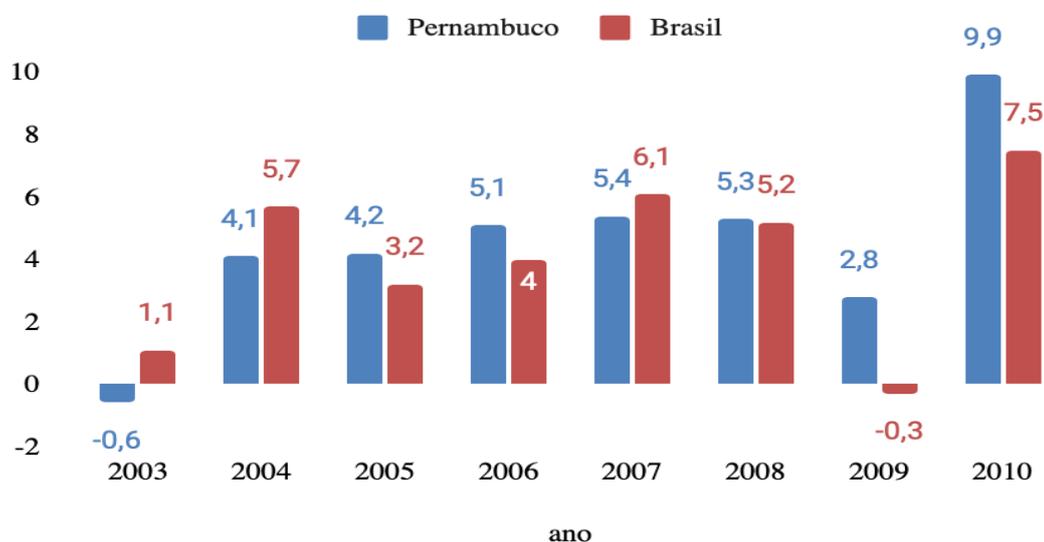
4.2 A EVOLUÇÃO DO PIB E EMPREGO NO ESTADO

Dos modelos keynesianos, sabe-se que o Produto Interno Bruto (PIB) é um agregado que está diretamente relacionado ao consumo. Assim, quando há um aumento significativo no crédito destinado ao consumo, *ceteris paribus*, o consumo tende a se elevar e gerar efeitos multiplicadores positivos no PIB (renda), que por sua vez melhora as condições de emprego na economia.

Durante o período do Governo Lula, quando ocorreu um expressivo aumento no crédito, especialmente no crédito destinado ao consumo, houve um estímulo ao crescimento do PIB de Pernambuco, conforme mostrado no Gráfico 12. O estado, que havia apresentado em 2003 uma queda de 0,6% no PIB, termina 2004 com um crescimento de 4,1% (próximo ao observado para o Brasil que cresceu 5,5%) e segue em trajetória de crescimento até 2007. Neste período, que compreende 2004 a 2007, além da expansão do consumo, que permitiu a expansão do mercado interno e melhoria do padrão de consumo do país como um todo, o crescimento do estado foi elevado, segundo Bacelar e Silva (2019), em virtude de um ambiente macroeconômico interno e externo favorável.

Gráfico 12: Pernambuco e Brasil

Taxa de crescimento do PIB em % durante Governo Lula (2003-2010)



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da Condepe/Fidem.

Em 2008 e 2009, a crise no internacional chegou ao Brasil com efeitos sobre o crédito (contração), sobre o preço das commodities (queda) e, com forte saída de capitais estrangeiros, levando à desvalorização do real em relação ao dólar (CARVALHO, 2018). O resultado foi uma contração substancial da demanda doméstica, com o PIB brasileiro em queda de 0,3% em relação a 2008. Neste contexto, houve uma queda de 2,5 p.p. na taxa de crescimento do PIB pernambucano (de 5,3% em 2008 para 2,8% em 2009).

Em meio à crise, e para evitar que seus efeitos se prolongassem, o Governo brasileiro adotou medidas para impedir a contração do crédito, especialmente do crédito às famílias. Houve redução do compulsório (fração dos depósitos bancários que os bancos são obrigados a manter em reservas junto à autoridade monetária); abertura de uma linha de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a oferta de crédito de curto prazo; e, expansão das linhas de crédito com juros subsidiados oferecidas pelos bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil). Entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos aumentaram a oferta de crédito em 33%. Estas medidas, junto com a manutenção dos investimentos públicos e dos programas de redistribuição de renda, resultaram no retorno do crescimento do PIB brasileiro (cresceu 2,3%), já no segundo trimestre de 2009 (CARVALHO, 2018). Em Pernambuco, como demonstrado na seção anterior, o crédito à

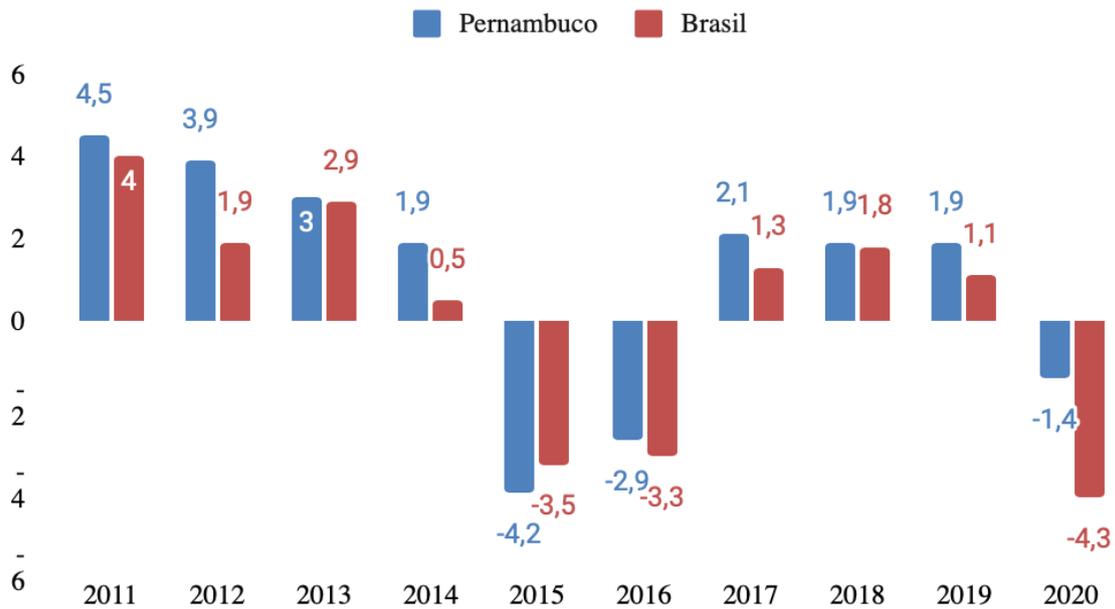
pessoa física seguiu crescendo em 2008 (30,47%) e em 2009 (20,49%) e o estado conseguiu acumular um crescimento de 7,3% e 12,8% no volume de vendas em 2009 e 2010. Como resultado, o PIB cresceu 9,9% em 2010 (7,1 p.p. acima do crescimento de 2009).

A partir de 2011, já no governo Dilma, o estado de Pernambuco apresenta uma taxa de crescimento do PIB inferior à observada no ano anterior, com 4,5%. A economia já refletia a queda do PIB diante da crise econômica que se aproximava. Em 2012 o PIB do estado cresceu 3,9% (2,0 p.p. maior que o PIB nacional que cresceu 1,9%). O estado de Pernambuco se manteve crescendo, mas a taxas decrescentes até 2014, quando o PIB cresceu 1,9%. Parte deste crescimento foi sustentado, segundo Bacelar e Silva (2019) pelo dinamismo do setor de construção civil e a projetos de investimento que estavam em execução no estado. Em 2015, o agravamento da crise econômica e a instabilidade política nacional, acabou intensificando ainda mais os efeitos negativos no estado de Pernambuco, a queda do PIB estadual chegou a 4,2% e em 2016 caiu 2,9%, como mostra o Gráfico 13.

Em 2017, após recessão aguda em 2015/2016 e finalização do processo *impeachment* com a troca de liderança política, esperava-se o retorno à estabilidade e a retomada dos investimentos o que levaria a um processo de recuperação da economia nos anos seguintes. Em meio ao desemprego alto, à renda estagnada e ao endividamento herdado dos anos anteriores, Michel Temer adotou medidas de estímulo ao consumo via expansão do crédito à pessoa física (que cresceu 7,39%, 10,72% em 2017 e 2018, respectivamente, conforme mostrado na seção anterior). Segundo Carvalho (2018) estas medidas atuaram como um atalho para uma retomada circunstancial da economia e a economia parou de piorar. Estas medidas se refletiram na taxa positiva do crescimento do PIB brasileiro e pernambucano nos anos de 2017 a 2019. No entanto, em 2020, logo no primeiro trimestre, a economia sofreu o grande impacto da pandemia do Covid-19 que, devido ao alto contágio e gravidade da doença em escala global, levou a adoção de medidas restritivas para o combate à disseminação, com paralisação das atividades econômicas. Isto levou à queda de 1,4% da taxa de crescimento do PIB do estado.

Gráfico 13

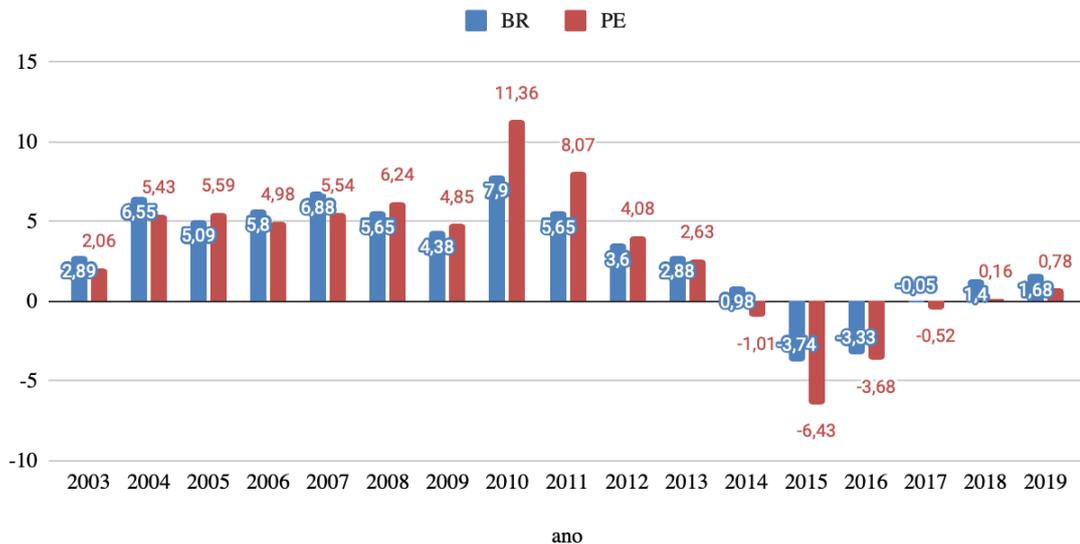
Pernambuco - Brasil - Taxa de crescimento do PIB em % (2011-2020)

**Fonte:**

Elaboração Própria a partir de dados da Condepe/Fidem.

Em todo este período, 2003 a 2020, o nível de emprego no estado seguiu a trajetória do PIB, conforme mostra o Gráfico 14. Durante todo o Governo Lula, Pernambuco apresentou variação positiva no emprego formal, com menor valor observado em 2003 (variação de 2,06%) com um saldo de 25.019 novos postos de trabalho. Em 2010, o estado teve a maior variação no emprego formal de todo o período, cresceu 11,36% com a criação de 121.792 mil novas vagas. Em 2010, o saldo de emprego formal em Pernambuco impactou significativamente no emprego do Nordeste, sendo o segundo estado que mais gerou empregos na região, segundo os dados do CAGED, 24% dos empregos formais criados no Nordeste foram de origem Pernambucana.

Gráfico 14: Pernambuco - Brasil
Variação (%) do Emprego Formal (2003-2019)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do MTE/ SPPE/ DES/ CGET-CAGED

O Governo Dilma, inicia com variação positiva de 8,07% no emprego formal (saldo de 95.697 novos postos de trabalho), porém representando uma queda de 3,29 p.p. quando comparado a 2010. Em 2014 e 2015, já refletindo os efeitos da crise econômica, o estado teve, respectivamente, uma perda de 9.566 e 87.207 mil empregos formais, uma variação negativa de 1,01% e 6,43% (a maior queda de todo o período), superando a queda observada no Brasil. A variação negativa persiste até 2017, quando a economia tem o fechamento de 6.498 vagas o que é agravado por diversos cortes no setor de serviços. Considerando todo período do governo Dilma, o saldo de emprego formal decresceu a uma taxa de 149,78%, contrastando com o período Lula quando o saldo de emprego cresceu 386,79%.

Nos anos de 2018 e 2019, após enfrentar um período de deterioração, o mercado de trabalho começa a reagir, porém com aumento nas ocupações informais. O emprego formal apresentou uma pequena evolução positiva de 0,16% e 0,78%, respectivamente, com a criação de 4.091 e 9.696 novas vagas. Apesar da variação positiva em 2019, foram fechados 4,4 mil vínculos em Suape e na capital pernambucana ocorreram demissões em diversos setores como construção civil e serviços de alimentação.

Em 2020, houve uma alteração na metodologia do cálculo do emprego formal o que dificulta a comparação com os anos anteriores. Porém, mesmo com esta mudança, os dados do

Novo Caged mostram uma variação negativa de 0,42% no emprego formal em Pernambuco, com o fechamento de 5.163 postos de trabalho.

4.3 ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS PERNAMBUCANAS.

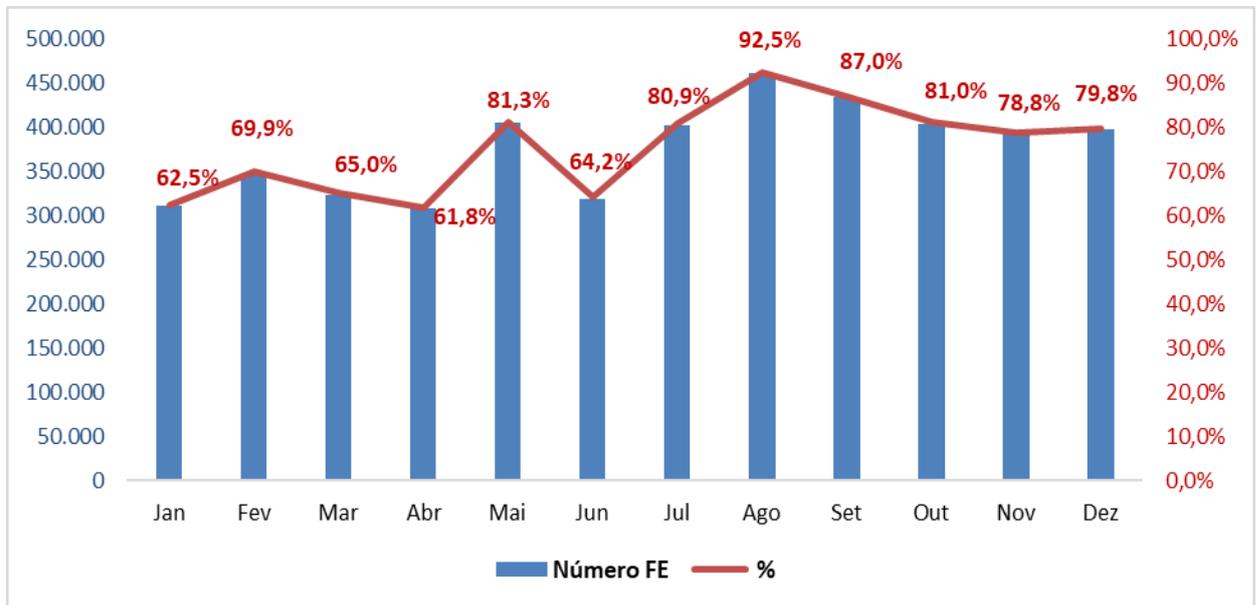
Como já destacado no capítulo 02, o crédito é um importante instrumento para estimular o nível de renda no curto e no longo prazo, ao permitir a antecipação do consumo (famílias) ou do investimento (empresas), gerando movimento na demanda (em virtude, particularmente, do aumento na aquisição de bens de consumo) e na oferta agregada da economia. No entanto, a expansão de crédito pode acabar gerando um elevado grau de endividamento, que não é um problema quando a economia está em fase de expansão, com aumento sustentado de renda, salários, elevação de empregos formais e investimento, mas que pode vir a se tornar um problema em períodos de crise em que são revertidas todas estas condições anteriores.

No caso do crédito destinado às famílias, os períodos de crise afetam fortemente o orçamento das famílias e isto pode se traduzir em elevados volumes de empréstimo em atraso e levar à inadimplência. No período analisado nesse trabalho (2003-2020), a economia brasileira vivenciou estes dois momentos, expansão e recessão, com reflexos em todos os estados.

O Governo Lula (2003 – 2010), período em que se verificou aumento expressivo do crédito às famílias pernambucanas (485,78%), encerra com elevado número de famílias endividadas no estado, um total de 397.266 mil famílias, o que equivale a 79,8% da população, como mostra os dados da PEIC⁴ que encontram-se no Gráfico 15. Apesar dos dados só estarem disponíveis para Pernambuco a partir de 2010, estes resultados refletem o aumento do endividamento em virtude do período de expansão do crédito vivenciado até 2010. Neste ano, destaca-se o endividamento das famílias em agosto e setembro que chega a 92,5% e 87,0%.

⁴ A PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, é elaborada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e analisa a capacidade de pagamento e o nível de endividamento das famílias. Os dados para Pernambuco só estão disponíveis a partir de 2010.

Gráfico 15: Pernambuco
 Número de Famílias Endividadas e % (FE/POP TOTAL) - 2010



Fonte: PEIC/Fecomércio. Elaboração própria.

Diante do endividamento das famílias em 2010, o que se destaca são os tipos de dívida que prevaleceram. A Tabela 04 mostra como estava distribuída as dívidas das famílias pernambucanas. Em janeiro de 2010, cerca de 84,5% das dívidas eram provenientes do cartão de crédito, em segundo lugar, estavam os carnês com 33,4%. O cartão de crédito, apesar da facilidade de uso e acesso, se torna mais perigoso quando se trata da incapacidade de pagamento, os juros são bem maiores quando não há o pagamento da dívida no prazo. Além disso, em média 24,9% das famílias tinham mais de 50% da sua renda comprometida com dívidas e 61,2% um comprometimento entre 11% e 50%.

Pelos dados da PEIC, no início de 2010 (janeiro), 58,42% do total das famílias endividadas estavam com contas em atraso e destas, 48,53% não tinham condições de pagar estas dívidas. Em dezembro, do total das famílias endividadas, 47,92% estavam com contas em atraso e 50,13% destas não tinham condições de sanar as dívidas

Tabela 04: Pernambuco

Tipos de Dívidas das Famílias - em % (2010)

Tipo de dívida	Jan	Dez
cartão de crédito	84,5%	83,8%
cheque especial	8,1%	4,3%
cheque pré-datado	4,9%	0,1%
crédito consignado	3,7%	3,8%
crédito pessoal	8,8%	6,4%
carnês	33,4%	30,5%
financiam. de carro	6,3%	6,0%
financiam. de casa	0,2%	1,2%
outras dívidas	0,0%	4,9%
Não respondeu	0,5%	0,0%

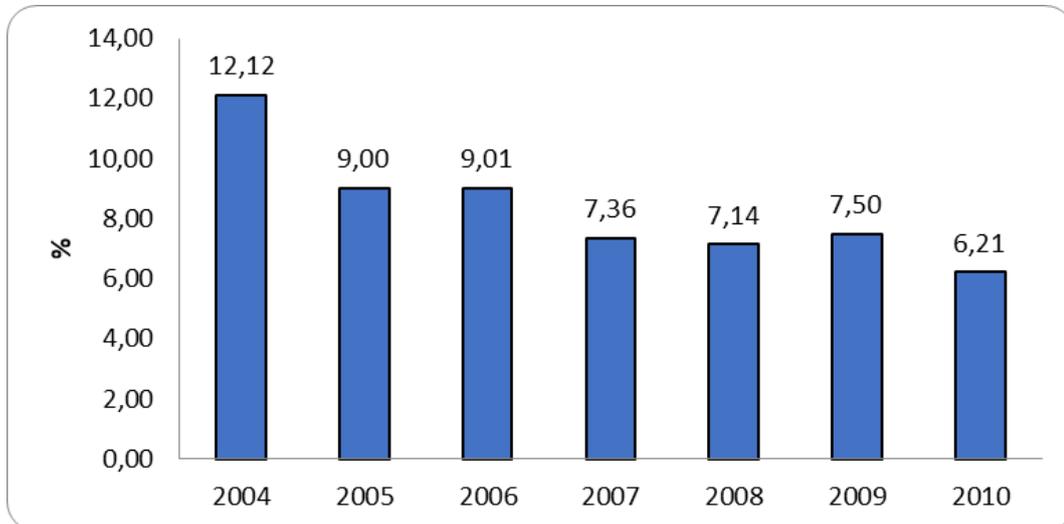
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PEIC/ Fecomércio

Apesar do alto endividamento observado ao final do Governo Lula, isto não se refletia na elevação da taxa de inadimplência (famílias que não são capazes de cumprir o pagamento das dívidas feitas) porque, como mostrado na seção anterior, as condições econômicas do estado em termos de renda e emprego, eram favoráveis. A evolução da inadimplência em Pernambuco no período do governo Lula, conforme dados do Bacen, é apresentada no Gráfico 16, que traz a taxa média de inadimplência das operações de crédito destinadas às famílias.

Com base na relação entre crédito, endividamento e inadimplência, o aumento do crédito reflete no aumento do endividamento. No longo prazo, se a capacidade de pagamento das famílias for reduzida, o endividamento pode levar a inadimplência. O Gráfico 16 mostra que, no período do Governo Lula, a taxa de inadimplência cai, apesar do maior endividamento, e isto reflete o bom desempenho da economia em termos de PIB e emprego. Em 2004 a taxa média de inadimplência de pessoa física foi de 12,12% e, em 2010 caiu para 6,21%. Em agosto de 2010, quando 92,5% das famílias pernambucanas estavam endividadas (maior valor para o ano), 65,93% estavam com contas em atraso, a taxa de inadimplência das operações de crédito foi de 5,82%.

Gráfico 16: Pernambuco

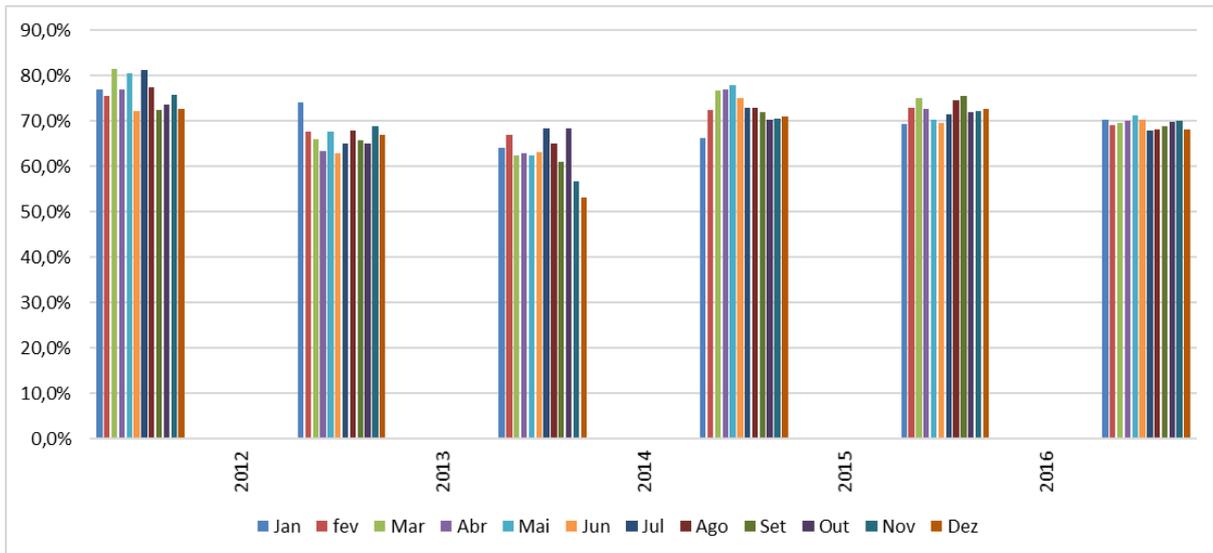
Taxa Média de Inadimplência das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional -
Pessoas Físicas % (2004-2010)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do BACEN.

No Governo Dilma (2011-2016), a média de famílias pernambucanas endividadas ficou em torno 70,2%. O período inicia com 77% das famílias pernambucanas contendo alguma dívida. Em todo o mandato, as maiores taxas observadas foram em março e julho de 2011, com 81,4% e 81,3%, respectivamente, e a menor, em dezembro de 2013, quando o percentual de famílias endividadas chega a 53,3%, 28.1 p.p. a menos do que a taxa observada no início do período. Provavelmente, parte destas famílias adquiriram suas dívidas no Governo Lula. No entanto, entre 2011 a 2016, a manutenção de boa parte do crédito destinado às famílias implicou em um endividamento relativamente constante, com pequenas oscilações. A evolução do endividamento das famílias pernambucanas no Governo Dilma é apresentada no Gráfico 17.

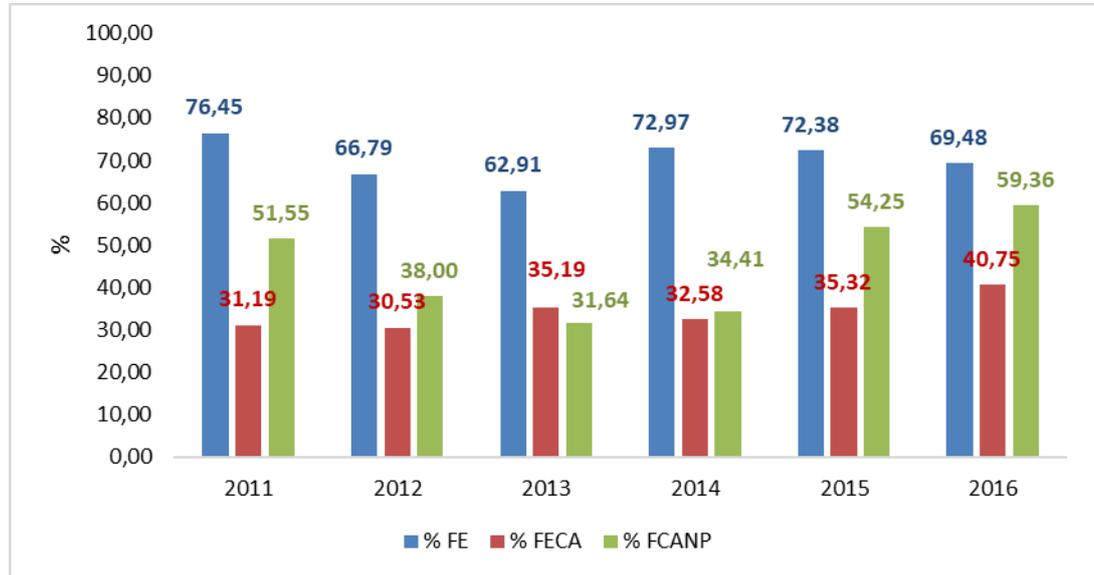
Gráfico 17: Pernambuco
Famílias Endividadas (%) – 2011-2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PEIC/Fecomércio.

Analisando o endividamento em termos de médias anuais para o período, apresentadas no Gráfico 18, percebe-se que em 2011, quando em média 76,45% das famílias pernambucanas estavam endividadas (FE), 31,19% estavam com contas em atraso (FECA) e destas, uma média de 51,55% declaravam não ter condições de pagar as dívidas atrasadas (FCANP). A média de FE e FCANP diminuiu em 2012 e 2013, mas já em 2014 volta a subir. No final do Governo Dilma (2016), em média 69,48% das famílias estavam endividadas (uma queda em relação a 2014 e 2015), sendo que 40,75% estavam com contas em atraso e 59,36% declaravam não ter condições de pagar as contas atrasadas (as maiores taxas de todo o período). Destaca-se ainda que, em média 13,1% das famílias tinham mais de 50% da sua renda comprometida com dívidas e 46,2% um comprometimento entre 11% e 50%, sendo predominante as famílias as dívidas em cartão de crédito, em média 82,9% das famílias tinham esse tipo de dívida, seguida carnês, 21,9%, e crédito pessoal 6,5%.

Gráfico 18: Pernambuco
 Famílias Endividadadas (FE), com Contas Atrasadas (FECA) e Sem Condições de Pagamento (FCANP)
 Médias (%) – 2011-2016

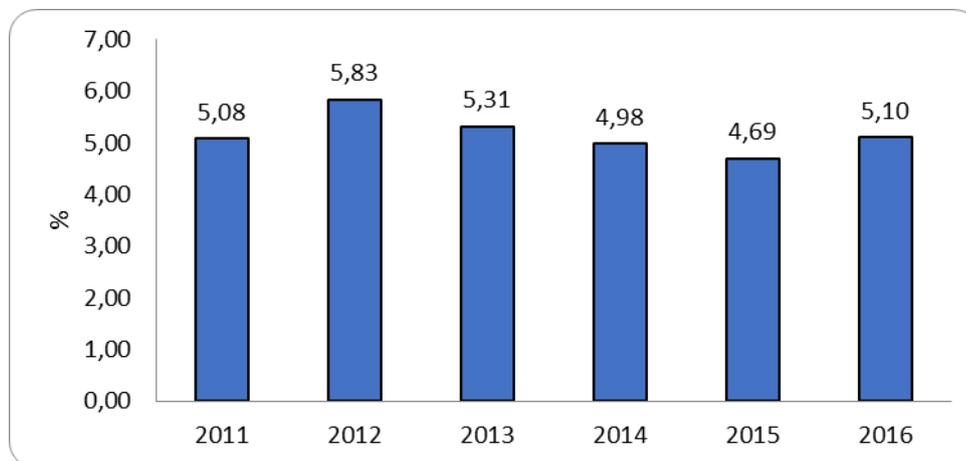


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PEIC/Fecomércio

Quando se compara esta evolução do endividamento com o PIB e nível de emprego no estado nos anos de 2015 e 2016, percebe-se que o aumento das famílias que declaravam não ter condições de pagar as dívidas atrasadas, coincide com o momento de crise pela qual passava a economia pernambucana, em virtude da crise que atingia toda a economia brasileira. Em 2015 e 2016, o PIB do estado estava em queda e o desemprego crescendo. A queda na renda e o aumento da incerteza, agravou a capacidade de pagamento das famílias pernambucanas, mas isto não teve reflexos na taxa de inadimplência do período, que ficou na média de 5,16% em todo o Governo Dilma conforme apresenta o Gráfico 19. Entre 2012 e 2015 a taxa média de inadimplência apresenta uma leve voltado a se elevar em 2016, ano que a economia sente mais fortemente os efeitos acumulados da queda na renda e emprego.

Gráfico 19: Pernambuco

Taxa Média de Inadimplência das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional -
Pessoas Físicas - % (2011-2016)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do BACEN.

No período de 2017 a 2020, que corresponde ao rápido Governo Temer e início do Governo Bolsonaro, a economia “ensaia” uma recuperação das atividades, com o PIB estadual voltando a apresentar taxas positivas de crescimento de 2017 a 2019, após dois anos seguidos de queda, e o mercado de trabalho dando sinais de recuperação. Este período inicia com uma média de 66,13% de famílias endividadas (FE) no estado, destas 43,07% estavam com contas em atraso (FECA), e uma média de 61,88% das famílias declaravam não ter condições de pagar as dívidas atrasadas (FCANP), uma elevação de 2,52 p.p. em relação ao último ano do Governo Dilma. Os dados sobre endividamento das famílias estão no Gráfico 20 e mostram que em 2017 aumentou o número de famílias que estavam com problemas para saldar as dívidas em relação a 2016, o que pode ser considerado ainda um reflexo da crise.

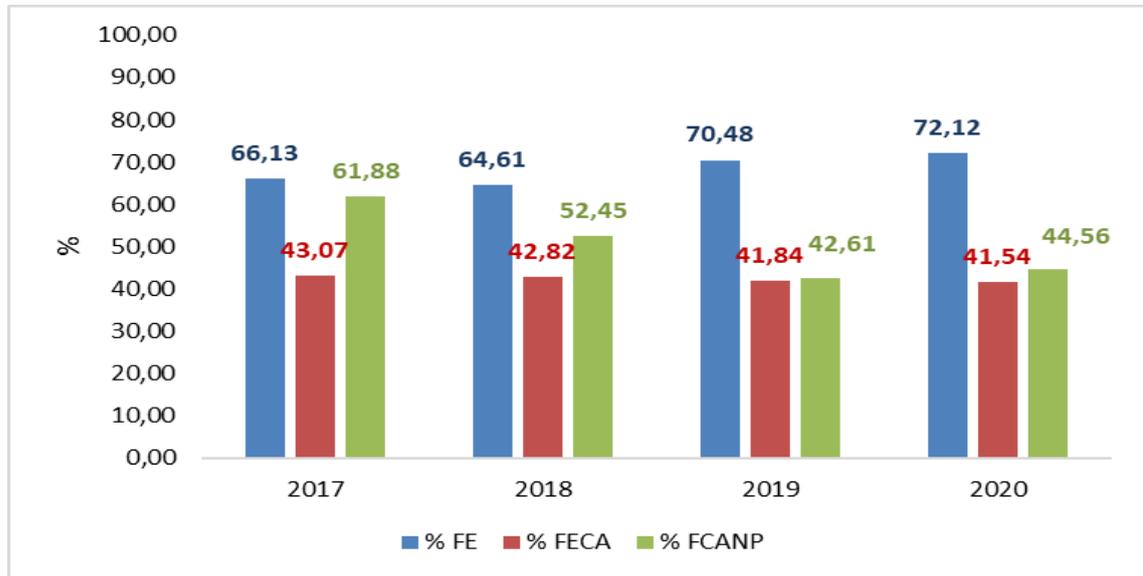
Em 2019 e 2020⁵, a média de famílias endividadas (FE) se eleva, 70,48% e 72,12%, respectivamente, mas a média das famílias que estavam com contas em atraso permaneceu constante em 41,84% (2019) e 41,54% (2020), assim como a média das famílias que declaravam não ter condições de pagar as contas atrasadas, 42,61% e 44,56%. Das famílias endividadas nesse período, em média 9,4% tinham mais de 50% da sua renda comprometida (uma queda de 3,7 p.p. em relação ao período anterior que teve média 13,1%), e 46,4% um comprometimento entre 11% e 50%.

⁵ Destacando que a série mensal para 2020 não está completa por falta de dados disponíveis para atualização.

Gráfico 20: Pernambuco

Famílias Endividadas (FE), com Contas Atrasadas (FECA) e Sem Condições de Pagamento (FCANP)

Médias (%) – (2017/2020)

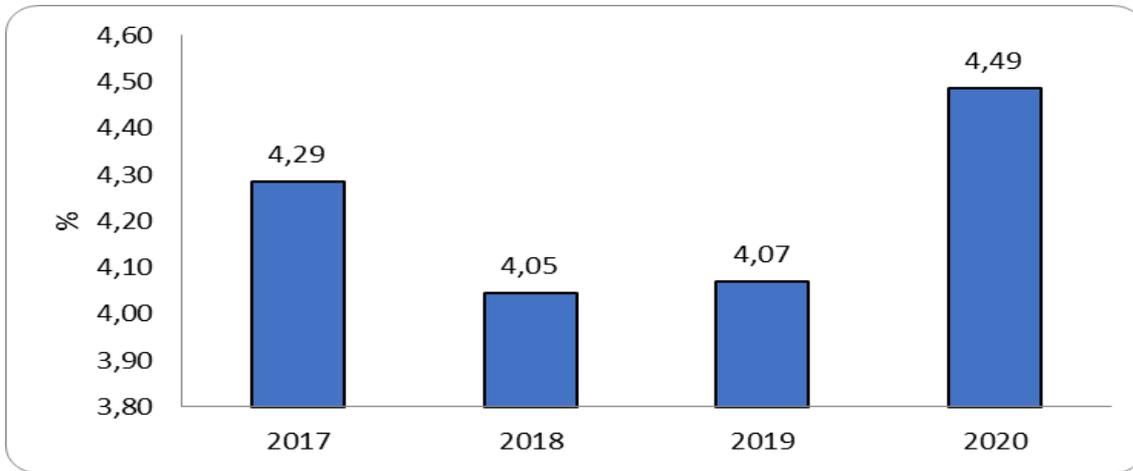


Fonte: PEIC/Fecomércio. Elaboração própria.

Apesar do aumento das famílias endividadas e de cerca de 40% declarar não ter condições de saldar suas dívidas, isto não impactou significativamente na taxa de inadimplência no Sistema Financeiro Nacional (SFN), nem mesmo em 2020 quando a tímida recuperação da economia foi interrompida pela pandemia, levando a queda de 1,4% do PIB e ao agravamento no nível de comprometimento da renda das famílias. Os dados para inadimplência neste período estão no Gráfico 21 e mostra que de 2017 a 2018 a taxa média de inadimplência caiu 0,24 p.p., voltando a crescer nos dois anos seguintes, mas permanecendo em um patamar inferior aos períodos anteriores. A taxa média de inadimplência das famílias pernambucanas no período Temer/Bolsonaro, foi em média 4,22%, ficando inferior à taxa média observada nos governos Lula (8,33%) e Dilma (5,16%).

Gráfico 21: Pernambuco

Taxa Média de Inadimplência das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional -
Pessoas Físicas - % (2017-2020)



Fonte:

Elaboração própria a partir dos dados do BACEN.

Segundo SPC Brasil (2020), logo após terminar o ano de 2019 apresentando duas quedas consecutivas, o início de 2020 mostrou uma nova alta no número de consumidores inadimplentes. Em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado houve uma alta de 1,38%. A alta do indicador se concentrou no crescimento de dívidas recentes, mais especificamente aqueles devedores com tempo de inadimplência de até 90 dias (11,56%) e entre 91 e 180 dias (11,71%). No entanto, a implementação do auxílio emergencial, que possibilitou a manutenção da renda das famílias, conseguiu segurar a inadimplência a taxas menores diante da pandemia que afetou gravemente a economia brasileira.

5. CONCLUSÃO

A expansão de crédito às famílias tem, em geral, efeitos positivos na economia porque tem o potencial de estimular o crescimento via estímulo ao consumo, um dos componentes da demanda que mais contribuem para o aumento da renda agregada (PIB). No entanto, o aumento da disponibilidade de crédito, aumenta o endividamento e isto pode ser um problema em situações de crise quando se verifica queda no emprego e na renda das famílias, o que pode levar ao aumento da inadimplência.

Nesta perspectiva, o principal objetivo desse trabalho era apresentar uma análise do comportamento do crédito e seus efeitos em relação a consumo, PIB, emprego, endividamento e inadimplência das famílias pernambucanas, considerando o período de 2003 a 2020. Este é um período marcado por uma fase de aprofundamento do mercado de crédito brasileiro (2003-2010) - com significativa expansão do crédito, especialmente daquele destinado às famílias, com a inclusão de uma parcela da população de renda mais baixa neste mercado – seguido de uma fase (2011-2020) em que, a mudança na condução da política econômica, associada a crises econômicas, a instabilidade política e crise pandêmica, teve impactos sobre renda e emprego, alterando as condições de oferta e demanda por crédito.

A análise deste período para Pernambuco feita neste trabalho, permite concluir que:

i) no período de 2003 a 2010, verifica-se uma expansão significativa do crédito às famílias, o que possibilitou o estímulo ao consumo, assim como aumento do PIB (renda) e do emprego formal. Com o maior acesso ao crédito, o endividamento alavancou no período, mas a taxa de inadimplência foi decrescente, devido a boa capacidade de pagamento das famílias pernambucanas, no contexto de renda crescente e baixo nível de desemprego;

ii) durante o governo Dilma, a economia estadual sentiu o efeito das crises política e econômica. Neste período, que se caracteriza por uma política de encarecimento e redução do crédito, a expansão de crédito em Pernambuco, medida pelo saldo das operações junto ao Banco Central, foi inferior à observada no governo Lula, e o total de famílias endividadas diminuiu, em média 70% das famílias estavam com algum tipo de dívida, porém houve aumento na parcela de famílias que diziam não poder pagar as contas em atraso. Isto levou a um fraco desempenho do consumo - mesmo com o crédito à PF crescendo, o que reflete as condições de endividamento das famílias - e a um baixo crescimento da economia, mas sem impactar no aumento da taxa de inadimplência, quando comparada às taxas do período anterior; e,

iii) no período de 2017 a 2020, após o período de profunda recessão e forte crise política enfrentada pela economia brasileira entre 2014 e 2016, com reflexos para o estado de Pernambuco, houve aumento do crédito à PF, mas o consumo se manteve estável. A economia “ensaiou” uma recuperação das atividades, com o PIB estadual voltando a apresentar taxas positivas de crescimento de 2017 a 2019, após dois anos seguidos de queda, e o mercado de trabalho dando sinais de recuperação. O endividamento apresentou aumento, assim como o nível de famílias sem condições de pagar suas dívidas, entretanto a taxa de inadimplência no Sistema Nacional Financeiro (SNF) não apresenta mudança significativa. Em 2020, a tímida recuperação da economia é interrompida pela pandemia do novo coronavírus. Neste contexto, a expansão de crédito passou a ser voltada mais para o estímulo e manutenção de micro e pequenas empresas e o crédito à PJ cresceu mais que o crédito à PF. Houve uma injeção de renda na economia para as famílias através do auxílio emergencial, porém apesar disso, o consumo de bens de maior valor continuaram em queda. Assim, variáveis como consumo, PIB e emprego refletem diretamente o impacto negativo sofrido. A implementação do auxílio emergencial possibilitou a manutenção da renda das famílias e isto possibilitou segurar a taxa de inadimplência que permaneceu com taxas menores que as observadas nos governos anteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marcos; BACELAR, Tania. Governos Lula e Dilma trouxeram desenvolvimento a Pernambuco. **Brasil de Fato**. Recife, p. 1-4. ago. 2017.

BARROS, Thiago de Souza.; OLIVEIRA, Felício P. **Crédito, consumo e endividamento: Uma Análise Econômica do Segundo Governo Lula (2007-2010)**. Revista Espacios. Vol.35. 2014. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a14v35n05/14350408.html#uno>> Acesso em: 06 Dez. 2020

BASTOS, Guilherme Alcantelado Furtado. **Análise do crédito no período Lula-Dilma segundo a ótica da psicologia econômica**. 2017. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BCB. Banco Central do Brasil. **Boletim Regional - Janeiro - 2020b**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202001/br202001p.pdf>

BCB. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira**. Gestão de Finanças Pessoais. Conteúdo Básico. Brasília, 2013. 72 p.

BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório de Economia Bancária - 2018**. Brasília, 2018. 41 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2018.pdf

BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório de Economia Bancária - 2020^a**. Brasília, 2020. 53 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>

BORTOLUZZI, D. A. et al. **Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014**. Perspectiva, Erechin. v. 39, n. 146, p.111-123, junho/2015. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf. Acesso em: 02 de fev. 2021

CARTONI, DANIELA. M. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. IBTA. Metrocamp. Campinas, 2011.

CNC. **Endividamento das famílias em dezembro é o maior desde 2010, aponta CNC**. Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/09/endividamento-das-famlias-em-dezembro-o-maior-desde-2010-aponta-cnc.ghtml> Acesso em: 02 de fev. 2021

CNC. **Número de brasileiros com dívidas cresce no fim de 2020**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/numero-de-brasileiros-com-dividas-cresce-no-fim-de-2020> Acesso em: 03 de fev. 2021

CONDEPE FIDEM. **PIB Mensal.** Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/pib-mensal> Acesso em: 03 de fev. 2021

COPETTI, D. O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: COMPORTAMENTOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA GESTÃO FINANCEIRA EQUILIBRADA. [s.l.], 2018. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5515/Daiane%20Maria%20Sassi%20Copetti.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CORSI, Francisco. **A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão.** Revista Novos Rumos, v. 53, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153>>. Acesso em: 08 Dez. 2020

FAGUNDES, R. et al. **A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012).** [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n97/11.pdf>>.

FERNANDES, S.; CHAVES, S. **O CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.** Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação, v. 6, n. 2, p. 12–26, 2019.

FURLAN, Júnior Aparecido. **CRÉDITO CONSIGNADO E SUPERENDIVIDAMENTO.** 2015. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Direito, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA, Assis, 2015.

GOMES, M. S. A. O crédito malparado e o sobreendividamento das famílias na região autónoma da Madeira. 93 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2011.

GONÇALVES, Pâmela Caroline. **INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2014: algumas alternativas ao endividamento familiar.** 2015. 58 f. Monografia (Graduação) Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Uni-FACEF Centro Universitário de Franca. Franca, 2015.

GOVERNO DO BRASIL. **Governo Federal sanciona medidas para facilitar o acesso ao crédito.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/08/governo-federal-sanciona-medidas-para-facilitar-o-acesso-ao-credito> Acesso em: 26 de jan. 2021

HERLING, L. H.; MORITZ, G. de O.; SANTOS, A. M. dos; SOARES, T. C.; BACK, R.I B. A inadimplência nas instituições de ensino superior: um estudo de caso na instituição XZX. Revista Gestão Universitária da América Latina, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 126-142, 2013

IEDI CARTA n. 235 - Expansão do Crédito Pessoal nos Países Emergentes: Benefícios e Riscos. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_235_expansao_do_credito_pessoal_nos_paises_emergentes_beneficios_e_riscos.html>. Acesso em: 9 jul. 2021.

IPEA. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. TEXTO PARA DISCUSSÃO. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>

IPEA. Carta de Conjuntura 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180629_carta_de_conjuntura_37.pdf

IPEA. Carta de Conjuntura 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190529_carta_de_conjuntura_41.pdf

IPEA. Carta de Conjuntura 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210708_nota_finacas_publicas.pdf

IPEA. Carta de Conjuntura 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210708_nota_finacas_publicas.pdf

IPEA. Quase metade do endividamento das famílias destina-se ao crédito habitacional. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31769
Acesso em 22 de jan. 2021

LOPES, Geovane de Oliveira. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos.** 2012. 64 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003

MARQUES, M. M. L. (supervisora); FRADE, C. (coordenadora). Desemprego e sobre endividamento dos consumidores: contornos de uma ‘ligação perigosa’. Relatório final. Projecto desemprego e endividamento das famílias. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra: PIQS/ECO/50119, 2003. Disponível em: <http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/relatorio_desemprego_sobreendividamento.pdf>. Acesso em 10/07/2021.

MARTINS, Norberto Montani. **Notas sobre a crise da COVID-19.** 2020. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020 Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/342942549_A_crise_e_o_endividamento_das_familias_no_Brasil_e_nos_EUA Acesso em: 10 de jan. 2020

OREIRO, J.; FERNANDO DE PAULA, L. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar** *. [s.l.], 2019. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-economia-brasileira-no-governo-temer-e-bolsonaro-final-05.pdf>>.

OBSERVATÓRIO DE ENDIVIDAMENTO DE CONSUMIDORES. Endividamento e Sobreendividamento das Famílias: Conceitos e estatísticas para a sua Avaliação. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEV/2002.

PAULA, Luiz Fernando de. **O recente boom de crédito no Brasil: uma avaliação**. Jornal do Economistas. Rio de Janeiro. n. 263, p.3-4, junho de 2011. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-recente-boom-de-credito.ghtml>> Acesso em: 08 Dez. 2020

PIRES, Vicente Chiaramonte. **ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: Os efeitos da propensão ao risco e dos gastos com saúde**. 2014. 161 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2014

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016

RICARDO, Jonathan Guedes da Silva. **O GIRO DA ECONOMIA NOS GOVERNOS LULA, DILMA E TEMER: da euforia ao rombo nas contas públicas no Palácio do Planalto**. 2018. 15 f. Monografia (Especialização) - Curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Juiz de Fora, 2018.

SANTANA, Priscila Martins de O.; COSTA, Laíse Stefany Santos. **As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: deterioração da situação fiscal e recessão econômica**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 27, n. 2, p. 175-189, maio 2018., EISSN 2595-2064. Disponível em: <<https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/112>>. Acesso em: 22 maio 2021.

SERASA EXPERIAN. **Indicador de demanda do consumidor por crédito**. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/> Acesso em: 03 de fev. 2021.

SICSU, JOÃO. Governos Lula: a era do consumo? **Brasil. J. Polit. Econ.**, São Paulo, v. 39, n. 1, pág. 128-151, março de 2019. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572019000100128&lng=en&nrm=iso>. acesso em 11 de dezembro de 2020.

SILVA, Andrey Assis. Análise macroeconômica dos governos Lula e Dilma: um estudo sobre o crescimento econômico. 2018. 79 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <<http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1375>>. Acesso em: 12 Dez 2020

SILVA, Giovanna Nony Failache da. Democracia e legitimidade política: análise da crise democrática do atual governo brasileiro. 2020. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

SILVA, José Alderir da. A política monetária nos governos Lula e Dilma. Revista de Economia da UEG. Vol. 13, N.º 1, jan/jun. 2017.

SOUSA, Katsuk R.; PINHEIRO, Valéria F. **A Política de Crédito do Governo Lula, no período de 2003 a 2010**. In: COLÓQUIO SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO, 2, 2012, CEARÁ. Universidade Regional do Cariri - URCA. 2012. p. 17.

STUMPF, K. Principais causas do endividamento das famílias. 2019. Disponível em: <<https://www.topinvest.com.br/principais-causas-do-endividamento-das-familias/>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

TIRYAKI, G. et al. (2017), “Ciclos de Crédito, Inadimplência e as Flutuações Econômicas no Brasil”. Revista de Economia Contemporânea, 21 (1), pp. 1-33.